

EDITAL N.º 84 /2026

Faz Público que, se encontra para consulta publica pelo período de 20 dias a proposta do PLANO DE COGESTÃO DA RESERVA NATURAL DA SERRA DA MALCATA aprovado em sede da comissão de Cogestão da RESERVA NATURAL DA SERRA DA MALCATA para o triénio 2026-2029.

A apresentação da proposta de Plano do Cogestão da RESERVA NATURAL DA SERRA DA MALCATA tem como objeto a continuação da afirmação do território da RNSM, em alinhamento com a Estratégia Nacional de conservação da natureza e Biodiversidade 2030 para execução do modelo de cogestão.

Assim, os Municípios do Sabugal e de Penamacor cujos territórios integram a RESERVA NATURAL DA SERRA DA MALCATA, área protegida de âmbito nacional criada pelo Decreto-Lei n.º 294/81, de 16 de outubro, aceitaram junto do Instituto, da Conservação, da Natureza e das Florestas (ICNF, I.P.) a adoção do modelo de cogestão, nos termos do nº2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 116/20219, de 21 de agosto.

A proposto do PLANO DE COGESTÃO DA RESERVA NATURAL DA SERRA DA MALCATA para o triénio de 2026-2029 esteve em consulta pública no período de 11 de junho a 9 de julho de 2026 nos canais do Município do Sabugal, sem que houvesse contributos. Assim, tratando-se de um documento estratégico para este território, considera-se imprescindível que a sua elaboração se concretize de forma aberta, colaborativa e transparente pelo que a proposta do Plano, será objeto de nova consulta pública, fomentando a participação pública e o envolvimento de todos os interessados, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

A proposto do PLANO DE COGESTÃO DA RESERVA NATURAL DA SERRA DA MALCATA para o

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa.

Este documento quando impresso é validado pelo Selo Branco/Carimbo do Município do Sabugal



tríénio de 2026-2029 estará em consulta pública nos sítios na internet dos Municípios do Sabugal e de Penamacor, do ICNF, I.P. e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRCC I.P.) para que a comunidade possa apresentar os seus contributos ao documento.

Os contributos deverão ser enviados para os endereços presidencia@cm-sabugal.pt ou para cogestao-rnsm@cm-penamacor.pt ou ainda por via postal para Câmara Municipal do Sabugal, Praça da República 6324-007 Sabugal, ou ser entregues no Balcão único no edifício da Câmara Municipal, devendo para o efeito, indicar obrigatoriamente o requerente e a descrição do contributo. Para constar, se lavrou o presente edital que vai ser publicitado nos sítios na internet dos Municípios do Sabugal e de Penamacor e demais parceiros da Cogestão da RNSM e afixado nos lugares públicos do costume dos Municípios do Sabugal e de Penamacor.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Vitor Manuel Dias Proença)



PLANO DE COGESTÃO 2026–2029

Documento para consulta



Comissão de Cogestão da RNSM

Junho 2026



Índice

1. Enquadramento	7
1.1 Plano de cogestão	8
2. Modelo de Cogestão	10
2.1. Cogestão das Áreas Protegidas	11
2.2. Constituição da Comissão de Cogestão	12
2.3. Conselho Estratégico	14
2.4. Missão, Visão e Valores	15
Missão	15
Visão	15
Valores	16
2.5. Compromissos estratégicos	17
PROMOVER A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	17
PROMOVER A GESTÃO DOS VALORES NATURAIS	18
PROMOVER A VALORIZAÇÃO DE ESTRUTURAS EXISTENTES	18
VISITAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	18
DINAMIZAÇÃO DO MODELO DE COGESTÃO E ENVOLVIMENTO DOS ATORES CHAVE	18
DINAMIZAÇÃO DA COGESTÃO	18
3. Caracterização da Reserva Natural da Serra da Malcata	19
3.1. Onde se localiza a RNSM	19
3.2. Classificação da Área Protegida da RNSM	20
3.3. Como se caracteriza a RNSM	21
3.3.1. Valores naturais	23
3.3.2. Flora	24
3.3.3. Fauna	25
3.3.4. Infraestruturas	26
3.4. Demografia do território	27
3.5. Como se caracteriza o uso atual do solo	30
4. Diagnóstico prospetivo	32
5. Propostas de Ação	38
5.1. Histórico	38
5.2. Perspetivas atuais	40
5.3. Posicionamento estratégico	42
5.4. Eixos estratégicos e as áreas chave	44



5.4.1 Promoção e sensibilização do território da RNSM.....	44
5.4.2. Recuperação e proteção de espécies e <i>habitats</i>	45
5.4.3. Promover a valorização de estruturas existentes	46
5.4.4 Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave	46
5.4.5 Dinamização da cogestão	47
5.5. Consulta pública	47
6. Medidas e ações prioritárias com indicador de execução	49
6.1. Eixo 1-Promoção e sensibilização do território da RNSM.....	50
6.2. Eixo 2- Recuperação e proteção de espécies e <i>habitats</i>	54
6.3. Eixo 3- Promover a valorização de estruturas existentes	59
6.4. Eixo 4- Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave.....	61
6.5. Eixo 5- Dinamização da cogestão	65
7. Monitorização	67
8. Publicitação e divulgação	73
9. Nota Final.....	73
ANEXO – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES ESPECÍFICAS (Fichas da ação)	74



Lista de Siglas

AIGP - Área Integrada de Gestão da Paisagem

AP - Área Protegida

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APAAN – Áreas Privadas para Alimentação de Aves Necrófagas

CAAN - Campo de Alimentação de Aves Necrófagas

CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.

CCog - Comissão de Cogestão

CEASG - Centro de Educação Ambiental da Senhora da Graça

CERAS - Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens

CERVAS - Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens

CETS - Carta Europeia de Turismo Sustentável

CM - Câmara Municipal

COS - Carta de Uso e Ocupação do Solo

CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

DGAV - Direção Geral da Alimentação e Veterinária

ENAC - Estação Náutica do Alto Côa

EUROPARC - Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais

GNR - Guarda Nacional Republicana

GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

IBA - Important Bird Area (Área Importante para as Aves)

ICNF, I.P. - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPCB - Instituto Politécnico de Castelo Branco

ISCPF - Instituto Social Cristão Pina Ferraz

JF - Junta de Freguesia

OE - Orçamento de Estado

OPAFLO - Associação de Produtores Florestais da Serra da Opa

ONGA's - Organizações Não-Governamentais de Ambiente



PAC - Política Agrícola Comum

PEPAC - Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

PERNSM – Programa Especial da Área Protegida

PNA - Programa Nacional de Ação

PNGIFR - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais

PORNSM – Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RNSM - Reserva Natural da Serra da Malcata

SWOT - **S**trengths (Forças), **W**eaknesses (Fraquezas), **O**pportunities (Oportunidades) e **T**hreats (Ameaças)

UBI - Universidade da Beira Interior

UE - União Europeia

UF - União das Freguesias

ZEC - Zona Especial de Conservação

ZIF - Zona de Intervenção Florestal

ZPE - Zona de Proteção Especial



Índice de Figuras

Figura 1 - Estrutura da Comissão de Cogestão. Fonte: Brochura A Cogestão de Áreas Protegidas - promover, comunicar e sensibilizar (ICNF/Fundo Ambiental)	13
Figura 2 - Mapa de localização da RNSM	19
Figura 3 - Reserva Natural da Serra Malcata.....	23
Figura 4 - Casas de abrigo dos concelhos do Sabugal (1 a 3) e de Penamacor (4).....	27
Figura 5 - Cartografia de uso e ocupação do solo da RNSM. Fonte: DGT (COS 2023)	32
Figura 6 - Estratégia da Comissão de Cogestão	50

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Estimativa de orçamento e entidades envolvidas nas ações específicas do Eixo 1	53
Tabela 2 - Estimativa de orçamento e entidades envolvidas nas ações específicas do Eixo 2	58
Tabela 3 - Estimativa de orçamento e entidades envolvidas nas ações específicas do Eixo 3	60
Tabela 4 - Estimativa de orçamento e entidades envolvidas nas ações específicas do Eixo 4	64
Tabela 5 - Estimativa de orçamento e entidades envolvidas nas ações específicas do Eixo 5	66
Tabela 6 - Ações e indicadores de realização.....	72

Índice de Quadros

Quadro 1 - Ações específicas do Eixo 1 – Promoção e sensibilização do território da RNSM	51
Quadro 2 - Ações específicas do Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats	55
Quadro 3 - Ações específicas do Eixo 3 - Promover a valorização de estruturas existentes	59
Quadro 4 - Ações específicas do Eixo 4 - Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave	61
Quadro 5 - Ações específicas do Eixo 5 – Dinamização da cogestão	65

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da população de Penamacor e Sabugal 2011/2021. Fonte: INE.....	27
Gráfico 2 - Ocupação e uso do solo da RNSM, Fonte: DGT (COS2023)	30



1. Enquadramento

A elaboração do Plano de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM) é da competência da Comissão de Cogestão, sendo este documento o referencial estratégico para a gestão da área protegida.

O Plano de Cogestão da RNSM para o triénio 2022–2024 — que incluiu os indicadores de realização estabelecidos no anexo à Portaria n.º 67/2021, de 17 de março — foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Cogestão da RNSM em 11 de julho de 2022. Esteve posteriormente em consulta pública durante 20 dias úteis e foi aprovado pelo respetivo Conselho Estratégico, de forma unânime, a 22 de dezembro de 2022, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação.

Finalizado o período de vigência do Plano de Cogestão 2022-2024, cumpre à Comissão propor a revisão do plano e apresentar um novo documento para o quadriénio 2026-2029, dando assim continuidade ao trabalho desenvolvido. Considera-se que a experiência adquirida no processo de cogestão até à data permite elaborar e melhorar a proposta do plano de uma forma mais consistente, o que facilitará a implementação da estratégia e da visão para a RNSM.

O Plano de Cogestão 2022-2024 foi, pela sua coerência e dimensão realista, executado na sua maioria. Existem necessariamente ações que, pela sua complexidade, se prolongam no tempo e no espaço para além do prazo do plano anterior, estando estas refletidas neste novo plano de 2026-2029.

A cogestão da RNSM é uma organização que se pretende dinâmica e coerente com os valores naturais, razão pela qual o Plano de Cogestão 2026-2029 verte as ações e objetivos definidos para o quadriénio. O presente documento contempla as ações implementadas no plano anterior que, por via da sua continuidade no tempo, devem ser mantidas, bem como a inclusão de novas ações direcionadas para responder aos desafios que a Comissão estabeleceu como importantes para a prossecução dos objetivos da cogestão.

Este plano define a visão para valorizar o território, assumindo que a Marca 'Malcata' deve evoluir para além da presença física do lince, focando-se no "Ecossistema do Lince" e no turismo



de natureza integrado. O documento acomoda a visão estratégica das diversas entidades, conciliando o potencial turístico com a salvaguarda intransigente dos valores naturais, em especial a recuperação das populações de coelho-bravo como pré-requisito fundamental.

1.1 Plano de cogestão

O Plano de Cogestão é o instrumento de gestão e estratégia com vista a valorizar e promover "(...) o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, devendo integrar um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia" (alínea a), n.º 1, art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação).

O Plano de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata, elaborado pela Comissão de Cogestão em observância dos preceitos legais e procedimentos aplicáveis, constitui-se como o referencial estratégico para a gestão da área protegida para o período 2026-2029, dando continuidade ao trabalho desenvolvido no triénio 2022-2024.

Este plano define a visão e a estratégia para valorizar e promover o território da RNSM, assumindo claramente a necessidade de evoluir, no espaço de tempo do novo plano, para uma dimensão de consagração dos valores naturais e do turismo de natureza, através da estruturação de um modelo de gestão da visita e dos ativos da área protegida, alavancando a Marca 'Malcata' como referência nacional no setor do turismo de conservação e natureza.

O plano é a conjugação das propostas dos parceiros para projetos e ações consideradas fundamentais para a valorização da RNSM. Suportado pela experiência já acumulada, materializa projetos e ações consideradas prioritárias para a valorização da RNSM, com indicação das respetivas fontes de financiamento e parceiros executores.

O Plano de Cogestão da RNSM para 2026-2029, que inclui os indicadores de realização estabelecidos no anexo à Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, e eventuais indicadores adicionais, é sujeito a apreciação e a parecer prévio do Conselho Estratégico da área protegida e a consulta pública, precedendo a sua aprovação pela Comissão de Cogestão.



De acordo com o artigo 13.º do DL 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação, o plano de cogestão consubstancia um compromisso entre as entidades envolvidas na sua execução e obedece aos seguintes princípios gerais:

- a) Ser um documento mobilizador e consensual entre os parceiros;
- b) Estar suportado numa caracterização e diagnóstico prospetivo da área protegida;
- c) Materializar um conjunto de projetos e ações consideradas prioritárias para valorizar a área protegida;
- d) Definir as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores;
- e) Definir potenciais fontes de financiamento e parceiros para cada medida prevista;
- f) Ser o documento de suporte à elaboração do plano anual de atividades, que deve refletir o grau de desenvolvimento e execução do plano de cogestão;
- g) Articular-se com o programa de execução e plano de financiamento que acompanha o programa especial da área protegida.

Para efeitos do disposto nas alíneas c) e d) do número anterior, consideram-se, preferencialmente, projetos e ações de:

- a) Promoção de atividades económicas desenvolvidas na área protegida que sejam compatíveis com a proteção dos valores e recursos naturais em presença;
- b) Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres, cicláveis e equestres;
- c) Interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais;
- d) Promoção de atividades desenvolvidas em meio natural que potenciem o turismo de natureza e o desporto de natureza;
- e) Promoção de bens produzidos com recursos endógenos;



- f) Promoção da inovação tecnológica, económica e social nas práticas aplicadas à manutenção das atividades e produtos tradicionais;
- g) Fomento de novas atividades e produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais existentes;
- h) Promoção da marca «Natural.PT» ou outras marcas com identidade territorial;
- i) Informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território;
- j) Aprofundamento da gestão colaborativa;
- k) Promoção do sentido de pertença das populações e dos atores chave;
- l) Internacionalização do território;
- m) Conservação da natureza, de proteção da biodiversidade e de restauro ecológico;
- n) Resiliência do território onde se insere a área protegida e para a gestão efetiva dos seus riscos naturais, reforçando a coordenação e a articulação institucional.

2. Modelo de Cogestão

O modelo de cogestão das áreas protegidas pressupõe o envolvimento de entidades relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos — autarquias, ICNF, I.P., instituições de ensino superior, organizações não-governamentais de ambiente e outras entidades da sociedade civil — que partilham, na Comissão de Cogestão, a responsabilidade de gestão e de aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade do território.

Os municípios de Penamacor e do Sabugal formalizaram ao ICNF, I.P., em 20 de junho de 2025 o pedido de adoção do modelo de cogestão da RNSM.

O modelo de cogestão tem por objetivos:



- Criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;
- Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I.P., os municípios e demais entidades públicas competentes;
- Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida.

A Lei n.º 63/2023 veio rever o modelo de cogestão de áreas protegidas para melhorar a sua eficácia e garantir maior responsabilização, alterando o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação, e menciona como objetivos adicionais:

- Contribuir, ao nível da devida articulação entre entidades presentes na área protegida, para os objetivos de conservação da natureza, de proteção da biodiversidade e de restauro ecológico;
- Contribuir para a resiliência do território onde se insere a área protegida e para a gestão efetiva dos seus riscos naturais, reforçando a coordenação e a articulação institucional.

2.1. Cogestão das Áreas Protegidas

O Plano de Cogestão 2026-2029 está em alinhamento com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030. Em cumprimento do previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, o modelo de cogestão das áreas protegidas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação.

A cogestão das áreas protegidas concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, envolvendo também as instituições de ensino superior e outras entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável das mesmas.



As competências dos órgãos municipais são exercidas pelos municípios, podendo também sê-lo pelos órgãos competentes das entidades intermunicipais ou das associações de municípios com atribuições em territórios abrangidos por áreas protegidas. Este modelo aplica-se às áreas protegidas que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas, com exceção das áreas protegidas de estatuto privado.

Com este modelo, pretende-se imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço das áreas protegidas o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada, especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação dos valores naturais territoriais presentes.

Note-se que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), enquanto autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade, tem como missão assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e nacionais neste domínio, sendo que o modelo de cogestão das áreas protegidas não altera estas competências.

2.2. Constituição da Comissão de Cogestão

A Comissão de Cogestão é constituída pelos municípios integrantes da área protegida, pela autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, e por entidades com conhecimento técnico-científico e saberes aplicados que possam contribuir para a aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade do território.

A comissão anterior foi designada por um período de quatro anos pelo Despacho n.º 4671/2021, de 7 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 408/2021, de 1 de junho, e alterado pelo Despacho n.º 2971/2024, de 20 de março, tendo terminado o seu mandato em 29 de abril de 2025.

A nova Comissão de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata foi designada para um mandato de quatro anos através do Despacho n.º 1992-C/2026, de 16 de fevereiro, com efeitos a 1 de dezembro de 2025, e tem a seguinte composição:

- a) O presidente da Câmara Municipal do Sabugal, que preside à comissão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo presidente da Câmara Municipal de Penamacor;
- b) O diretor regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo diretor do Departamento Regional de Conservação da Natureza e Biodiversidade do Centro;
- c) Um representante da Universidade da Beira Interior;
- d) Um representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas, designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- e) Um representante da Assembleia de Compartes da Freguesia de Malcata;
- f) Um representante do Conselho Diretivo do Baldio dos Fóios;
- g) Um representante do Instituto Social Cristão Pina Ferraz;
- h) Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C, I.P.).



Figura 1 - Estrutura da Comissão de Cogestão. Fonte: Brochura A Cogestão de Áreas Protegidas - promover, comunicar e sensibilizar (ICNF/Fundo Ambiental)



2.3. Conselho Estratégico

Os conselhos estratégicos das áreas protegidas de âmbito nacional estão previstos no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (alínea c) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro).

O Conselho Estratégico da Reserva Natural da Serra da Malcata integra representantes de diversas entidades, conforme estabelece o Despacho n.º 6074/2015, de 4 de junho, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, designadamente:

Entidades da Administração Pública (Central, Regional e Local)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I. P.);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro);
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP Centro);
- Câmara Municipal de Penamacor;
- Câmara Municipal do Sabugal;
- União Freguesias Aldeia de Santo António e Sabugal
- Junta freguesia Penamacor

Ensino Superior, Investigação e Desenvolvimento

- Escola Superior Agrária de Castelo Branco

Setores Socioeconómicos e Produtivos

- OPAFLOR - Associação de Produtores Florestais da Serra da Opa
- Confederação Nacional de Caçadores Portugueses
- COOPCOA - Cooperativa Agrícola do Concelho do Sabugal, CRL
- Assembleia de Compartes da Freguesia de Malcata

Turismo e Tecido Empresarial

- Entidade Regional do Turismo do Centro;



- APECATE – Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos

Associações de Desenvolvimento Local/Regional

- PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro-Norte
- AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa

Ambiente e Setor Social

- AEPGA – Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino

2.4. Missão, Visão e Valores

Missão

Criar, desenvolver e consolidar o plano para o quadriénio de 2026-2029, assumindo que a RNSM é um espaço de defesa dos valores naturais e que visitantes informados são embaixadores na defesa do território. O plano será participativo, colaborativo e articulado com os diversos agentes de desenvolvimento do território na área da Reserva Natural da Serra da Malcata, de forma a valorizar a Área Protegida.

É ainda missão promover uma relação de maior proximidade aos cidadãos e demais entidades, públicas e privadas, designadamente reforçar as relações entre o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), os Municípios (de Penamacor e Sabugal), a CCDR-C e as demais entidades pertencentes à Comissão de Cogestão.

Visão

O Plano de Cogestão definido para a Reserva Natural da Serra da Malcata assume de uma forma clara que a estabilização da Marca ‘Malcata’ enquanto referência do turismo de natureza, assente na ocorrência do lince-ibérico (*Lynx pardinus*) na Reserva (Marco histórico Lince da Malcata), será fundamental.



Esta visão tem como alicerce indispensável a recuperação das populações de presas silvestres (coelho-bravo), sem as quais a reintrodução não é viável.

Valores

A elaboração do Plano de Cogestão assume a salvaguarda dos valores naturais, da sustentabilidade e do respeito pela identidade territorial, designadamente:

- a) Dever de Zelo: Garantir que a cogestão da área protegida é desenvolvida no respeito pelo dever de zelo da defesa dos recursos e valores territoriais que fundamentam a classificação da área protegida.
- b) Harmonia Territorial: Contribuir para o desenvolvimento das atividades locais em harmonia com os valores presentes, incorporando inovação e criatividade.
- c) Eficácia Operacional: Viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, através da elaboração e execução dos instrumentos de cogestão na área protegida.
- d) Governação Integrada: Dinamizar ações, em articulação com os diferentes agentes regionais e das Administrações central e local, para o desenvolvimento integrado da área protegida, bem como estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de projetos educativos.
- e) Parcerias de Valor: Estimular parcerias com promotores, empresas, centros de investigação, instituições de formação e municípios, destinadas a planear e a executar ações de valorização sustentável do território, em particular ações associadas à agro-silvo-pastorícia, à caça, à pesca, à cultura e ao turismo de natureza.
- f) Transparência e Debate: Promover o debate sobre as atividades e ações que ocorrem na área protegida e estimular as boas práticas de gestão para o seu uso e aproveitamento sustentáveis.
- g) Coesão Institucional: Prestar a informação necessária para assegurar a coerência e a complementaridade entre os diversos organismos e entidades, com vista ao desenvolvimento sustentável e integrado da área protegida.
- h) Comunicação Estratégica: Comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos existentes na área protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de os preservar e valorizar.



2.5. Compromissos estratégicos

O presente documento consagra o acordo formal entre as entidades que integram a Comissão de Cogestão, estabelecendo uma visão e estratégia conjuntas para a valorização e promoção da Área Protegida. Este propósito materializa-se através de cinco compromissos estratégicos, assumidos como prioritários para o desenvolvimento sustentável da Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM).

Neste âmbito, a Comissão assume a responsabilidade de identificar proactivamente os instrumentos e linhas de financiamento que assegurem a execução do plano, prestando o apoio necessário aos potenciais beneficiários para a viabilização de candidaturas. Paralelamente, a Comissão assegura o acompanhamento técnico permanente nos processos de elaboração, alteração ou revisão do Programa Especial da Área Protegida (PERNSM), garantindo a sua conformidade com as necessidades do território.

Para assegurar a eficácia operacional desta estrutura, é também compromisso a elaboração e aprovação de um regulamento interno que otimize o desempenho das suas funções. Por fim, a estratégia foca-se no reforço do relacionamento e na proximidade institucional com todas as entidades que detêm intervenção e conhecimento especializado sobre a Serra da Malcata, promovendo uma governação participativa e integrada.

PROMOVER A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Revela-se importante promover e comunicar a :

- Identidade da Reserva Natural da Serra da Malcata
- Comunicação digital interativa
- Aproximação às comunidades locais esclarecidas
- Dinamização de debates, *workshops*, conferências e sessões de esclarecimento



- Sensibilização e comunicação assente na Marca 'Malcata' e sobre o património natural da RNSM
- Compatibilidade da conservação da natureza com as atividades económicas "pessoas informadas são pessoas que defendem e protegem"

PROMOVER A GESTÃO DOS VALORES NATURAIS

- Melhorar o potencial de ocorrência de Lince-ibérico (*Lynx pardinus*) através do aumento e melhoria do estado de conservação dos seus habitats de refúgio, reprodução e alimentação
- Melhorar o funcionamento e o estado de conservação do CAAN-RNSM
- Gestão da Paisagem

PROMOVER A VALORIZAÇÃO DE ESTRUTURAS EXISTENTES

- Rede de Espaços de Turismo Rural (casas Florestais)
- Infraestruturas de receção e informação de visitantes (centros)
- Valorizar Rotas e percursos

VISITAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Investigação científica e inovação na visitação
- Aproximar comunidades escolares da Reserva

DINAMIZAÇÃO DO MODELO DE COGESTÃO E ENVOLVIMENTO DOS ATORES CHAVE

- Alargar a participação
- Estabilizar e cristalizar o modelo de cogestão

DINAMIZAÇÃO DA COGESTÃO

- Dinamizar os agentes da comissão
- Implementar modelo profissional de cogestão

3. Caracterização da Reserva Natural da Serra da Malcata

3.1. Onde se localiza a RNSM

Esta Reserva Natural encontra-se inserida na Região Centro, nos distritos de Castelo Branco e Guarda, nos concelhos de Penamacor e Sabugal, nas freguesias de Penamacor, Meimoa, Meimão, Malcata, Quadrazais, Vale de Espinho e Fóios.

Não existem centros populacionais dentro dos limites da Reserva, encontrando-se somente algumas quintas habitadas dispersas ao longo da Ribeira da Meimoa e na zona da Ribeira da Bazágueda, no seu limite sul. Ocorrem, igualmente, na zona setentrional, construções de apoio à atividade agrosilvopastoril.

Os aglomerados mais próximos encontram-se distribuídos na periferia da área protegida, nomeadamente as aldeias de Meimoa, Meimão, Malcata, Quadrazais, Vale de Espinho e Fóios e as vilas de Penamacor e Sabugal, ambas sedes de concelho.

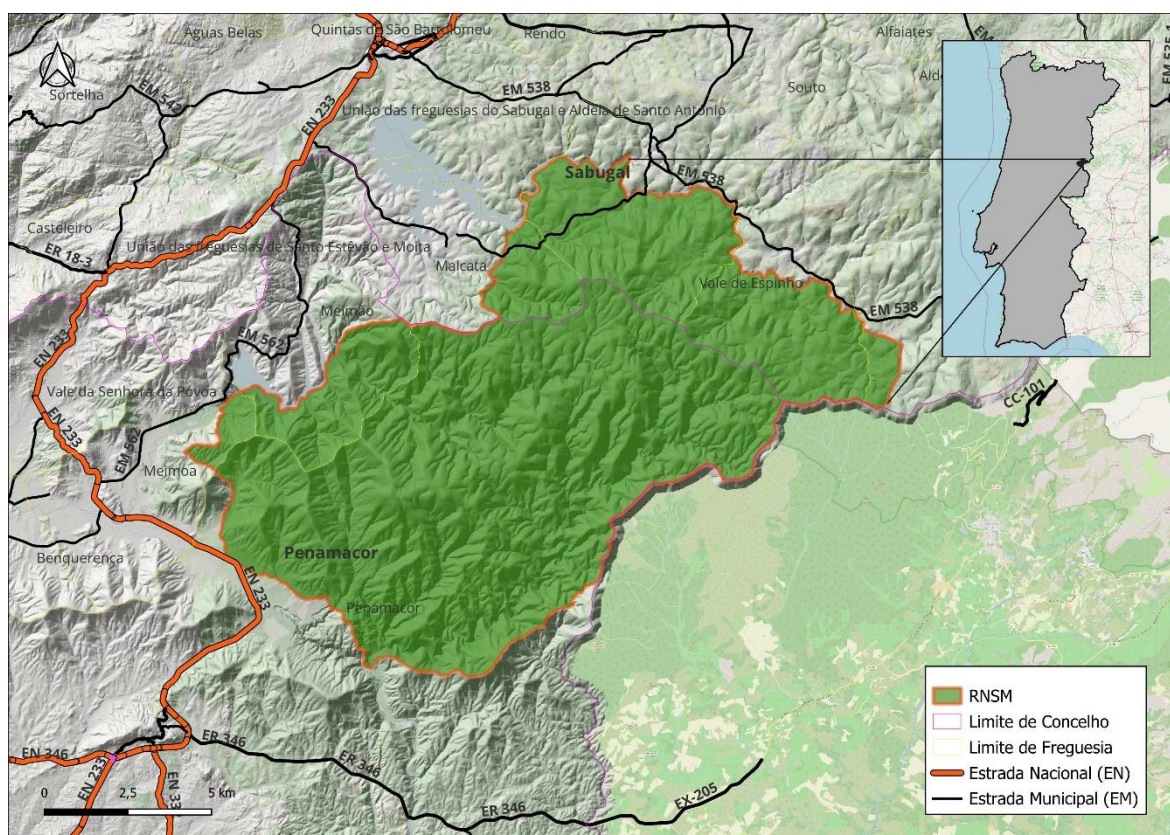


Figura 2 - Mapa de localização da RNSM

As principais vias de acesso à área protegida são:

- I – Estrada Nacional 233: saída Reserva da Malcata e Base Tática (antiga Carreira de Tiro); saída para Meimão (Estrada Municipal 562); saída para Malcata (Estrada Municipal 539).
- II – Estrada Municipal 538: em Quadrazais; em Vale de Espinho; em Fóios.

Vindo de Espanha, as entradas processam-se por Valverde del Fresno, via Penamacor, e por Navas Frias, via Fóios.

3.2. Classificação da Área Protegida da RNSM

Na área de intervenção do Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata (PORNSM) estão delimitadas diferentes áreas sujeitas a regimes de proteção, designadamente:

- Áreas de proteção total: áreas com manchas significativas de matagal mediterrânico e outros *habitats* prioritários — bosques dominados por azinheira e medronheiro e bosques ripícolas de caducifólias — que se destinam a garantir a manutenção dos processos naturais em estado tendencialmente imperturbável e a preservação de exemplos ecologicamente representativos num estado dinâmico e evolutivo. São áreas de nidificação de espécies prioritárias, nomeadamente do abutre-preto (*Aegypius monachus*), e cruciais para o processo de reintrodução do lince-ibérico, pelo que a presença humana só é admitida em situações excecionais;
- Áreas de proteção parcial: integram espaços que se destinam a garantir a conservação dos recursos biocenóticos e habitats mais relevantes na área da RNSM, nomeadamente os que abrigam espécies faunísticas e florísticas de maior importância conservacionista. São espaços de sensibilidade ecológica moderada, onde se verificam usos humanos temporários ou esporádicos compatíveis com os objetivos de conservação;
- Áreas de proteção complementar (Tipo I): integram espaços de enquadramento, transição ou amortecimento de impactes, necessários à proteção das áreas de proteção total e parcial, e ainda áreas rurais integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN) e na Reserva Agrícola Nacional (RAN) onde é praticada agricultura, silvicultura ou silvopastorícia de que resultam habitats importantes para a conservação da natureza;



- Áreas de proteção complementar (Tipo II): integram espaços de enquadramento necessários à proteção das restantes áreas, incidindo em áreas rurais não integradas na REN ou na RAN onde a estrutura e as componentes da paisagem devem ser mantidas ou valorizadas;
- Áreas de intervenção específica: áreas com elevado interesse para a conservação da diversidade biológica que, devido a fortes pressões antrópicas, necessitam de medidas de recuperação ou reconversão, incluindo:
 - Albufeiras classificadas da Meimoa e Sabugal e respetivas zonas de proteção;
 - Áreas de intervenção para a conservação dos valores biocenóticos.

3.3. Como se caracteriza a RNSM

A Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM) integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas como área protegida de âmbito nacional, com sede em Penamacor. Existe também uma delegação no Centro de Educação Ambiental da Senhora da Graça (com viveiros de plantas autóctones), junto à barragem do Sabugal. Estende-se por uma área de 16 348 ha, com a altitude a variar entre os 425 m e os 1078 m. Localiza-se na Região Centro, na fronteira da Beira Baixa com a Beira Alta, e é limitada a leste pela fronteira com Espanha, na Serra da Gata.

Em relação ao regime de propriedade, parte da área ocupada pela RNSM (aproximadamente 11,93%) está localizada na zona centro e sul da área protegida e é pertença do Instituto, da Conservação, da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.). Estas propriedades incluem, concretamente, a Quinta do Major com 960,72 ha, a Herdade do Poio com 369,77 ha, a Marvaninha com 188,37 ha, a Mouca com 431,47 ha e 354 ha da Mata Nacional da Nogueirinha (outrora da Portucel e atualmente sob regime florestal total), geridos pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

A restante área é pertença de entidades privadas, como a *The Navigator Company* (antiga Portucel), as juntas de freguesia de Malcata, Quadrazais e Fóios, e de outros particulares.

A RNSM foi criada em 1981, através do Decreto-Lei n.º 294/81, de 16 de outubro, com o objetivo primordial de salvaguardar o habitat do lince-ibérico (*Lynx pardinus*) e outros valores



botânicos e faunísticos de incontestável interesse. Atualmente, acumula outros estatutos legais e de conservação:

- Reserva Biogenética do Conselho da Europa (1986);
- Zona Especial de Conservação (ZEC) da Serra da Malcata (PTCON0004), conforme o Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, a Portaria n.º 829/2007, de 1 de agosto, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto;
- Zona de Proteção Especial (ZPE) da Serra da Malcata (PTZPE0007), conforme o Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro;
- Matas Nacionais da Serra da Malcata e da Quinta da Nogueira (esta última parcialmente dentro da área protegida). São áreas públicas do domínio privado do Estado sujeitas ao Regime Florestal (Decreto de 24 de dezembro de 1901; Decreto de 24 de dezembro de 1903 e legislação complementar; Decreto n.º 20/2018, de 23 de julho);
- Parcialmente incluída na área pertencente ao Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional, pela adesão de Penamacor à associação Naturtejo;
- Os municípios de Penamacor, Sabugal e Almeida integram a Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS) "Terras do Lince" (pela Federação EUROPARC em 2016), agora em fase de revisão.

A Reserva Natural da Serra da Malcata está dotada de Plano de Ordenamento da RNSM (PORNSM), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2005, de 29 de março. Este plano estabelece regimes de salvaguarda para assegurar a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável da RNSM e fixa regras com vista à harmonização e compatibilização das atividades humanas com a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica.

Aquele instrumento de gestão territorial (PORNSM) incorpora um conjunto de objetivos para a gestão da área protegida, dos quais se salientam:

- Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, concentrando o esforço nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;
- Promover a valorização da área protegida, assegurando a conservação do seu património natural;

- Desenvolver ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats prioritários;
- Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações de forma sustentada;
- Fomentar a qualidade dos biótopos, otimizando a sua adequabilidade para as espécies de conservação prioritária;
- Estabelecer áreas de proteção total, com manchas significativas de matagal mediterrânico e outros habitats prioritários;
- Estabelecer condições que assegurem, a longo prazo, a presença de uma população viável de lince-ibérico.

3.3.1. Valores naturais

A Serra da Malcata constitui um dos últimos refúgios naturais no território português, guardando no seu interior valores botânicos e faunísticos que a tornam num ecossistema privilegiado e especialmente importante.



Figura 3 - Reserva Natural da Serra Malcata



3.3.2. Flora

Nos campos do sul do concelho de Penamacor predomina o montado de sobreiro (*Quercus suber*) e azinheira (*Quercus rotundifolia*). Esta surge ainda na parte meridional da Serra da Malcata, isoladamente ou em pequenos grupos, dispersa pelos matos, bem como em pequenos bosquetes localizados ao longo da ribeira da Bazágueda e seus afluentes, em locais de difícil acesso.

A norte, onde outrora abundou o carvalho-negral ou carvalho-pardo-das-beiras (*Quercus pyrenaica*), predomina hoje o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e o eucalipto (*Eucalyptus* sp.) — espécies exóticas que cobrem boa parte das encostas das serras.

A mata da zona central da Reserva da Malcata, de influência mediterrânica, é aquela que apresenta o elenco florístico mais rico e variado. Estão presentes no seu subcoberto espécies como a madressilva-das-boticas (*Lonicera periclymenum*), a rosa-albardeira (também conhecida como rosa-do-monte ou rosa-de-alexandria, *Paeonia broteroi*), que é um endemismo ibérico, o estevão (*Cistus populifolius*), diversas urzes (*Erica* spp.) e o lentisco-bastardo (*Phillyrea angustifolia*).

Medronhais densos e fechados encontram-se a ladear as inúmeras barrocas da área centro-sul da Malcata, bem como em algumas zonas da Serra do Salvador.

Os matos são o elemento dominante do coberto vegetal da Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM), apresentando aspetos distintos conforme aparecem em exposição setentrional ou meridional, em maior ou menor altitude, ou consoante a composição florística das formações arbóreas que os originaram.

A sul, predominam matos de esteva (*Cistus ladanifer*), que acompanham a área de distribuição do azinhal, e matos de urze-vermelha (*Erica australis*), queiró (*Erica umbellata*) e carqueja (*Chamaespartium tridentatum*) na restante área de maior altitude. Espécies como a giesta-das-serras (*Cytisus striatus*), a giesteira-branca (*Cytisus multiflorus*), o rosmaninho (*Lavandula pedunculata*) e o tojo-gadanhão (*Genista falcata*) — este mais raro — encontram-se um pouco por todo o concelho.

Estas espécies estão associadas ao declínio dos bosques de carvalhos e castanheiros (hoje quase residuais), dos montados de sobro e azinho e das áreas cultivadas, estando também relacionadas com as devastações provocadas pelos incêndios.



Ao longo das principais linhas de água, encontram-se bosques ripícolas de apreciável dimensão constituídos por amieiros (*Alnus glutinosa*) e freixos (*Fraxinus angustifolia*), pontualmente salpicados por salgueiros-brancos (*Salix salvifolia*) e pretos (*Salix atrocinerea*). No seu subcoberto, refugiam-se espécies arbustivas e herbáceas como a urze-branca (*Erica arborea*), o mentrasto (*Mentha suaveolens*) e as violetas-bravas (*Viola riviniana*).

3.3.3. Fauna

Do património faunístico, por ora privado do lince-ibérico (*Lynx pardinus*) — espera-se que temporariamente — fazem parte o gato-bravo (*Felis silvestris*), de hábitos semelhantes aos do lince, a raposa (*Vulpes vulpes*), o sacarrabos (*Herpestes ichneumon*), o javali (*Sus scrofa*), a fuinha (*Martes foina*) e a gineta (*Genetta genetta*), além de cervídeos como o veado e o corço.

Quanto ao lobo-ibérico (*Canis lupus*), outrora abundante, não tem sido avistado nos últimos anos, existindo registos apenas a norte do sítio da Malcata, em Almeida.

Das várias espécies de aves, salientam-se o abutre-preto (*Aegypius monachus*), o grifo (*Gyps fulvus*) e o abutre-do-egito (*Neophron percnopterus*), a cegonha-preta (*Ciconia nigra*) — à qual foi atribuído o estatuto de "Em Perigo" — e passeriformes de difícil observação, como o rouxinol-domato (*Cercotrichas galactotes*), a pega-azul (*Cyanopica cooki*) e o rabirruivo-de-testa-branca (*Phoenicurus phoenicurus*). As duas albufeiras da ribeira da Meimoa e a albufeira do Côa originaram condições para o habitat de marrequinhos (*Anas crecca*), pato-real (*Anas platyrhynchos*), mergulhão-de-crista (*Podiceps cristatus*), guarda-rios (*Alcedo atthis*) e a garça-real (*Ardea cinerea*).

A natureza do clima, aliada ao tipo de vegetação, garante a presença de um elevado número de espécies de répteis, como a cobra-de-escada (*Zamenis scalaris*) ou a cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*).

Nas linhas de água, são relativamente frequentes o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e o cágado-de-carapaça-estriada (*Mauremys leprosa*). Em termos de anfíbios, estão presentes todas as espécies que ocorrem em Portugal Continental, com destaque para o sapo-comum (*Bufo bufo*), o sapo-corredor (*Epidalea calamita*), a rã-ibérica (*Rana iberica*) e a rã-verde (*Pelophylax perezi*).

Nos cursos de água, ocorrem cerca de uma dezena de espécies de peixes, a maior parte das quais pertencem à fauna nativa de Portugal Continental. Nas ribeiras da Bazágueda e Meimoa são



comuns o escalo-do-norte (*Squalius carolitertii*) — endemismo ibérico — e a carpa (*Cyprinus carpio*). Mais rara é a truta-de-rio (*Salmo trutta*). Relativamente comuns são ainda a boga, o bordalo, a perca, o barbo e o achigã.

3.3.4. Infraestruturas

Na área protegida da RNSM, existem quatro casas propriedade do Estado, atualmente devolutas, designadamente (Figura 4):

i) No concelho do Sabugal:

1. Casa-abrigo da Nascente do Côa (freguesia dos Fóios);
2. Casa-abrigo do Canto da Ribeira (freguesia dos Fóios);
3. Casa-abrigo do Fojo (freguesia de Quadrazais).

ii) No concelho de Penamacor:

4. Casa do Retiro da Ventosa (freguesia de Penamacor).

No entanto, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, os municípios do Sabugal e de Penamacor solicitaram a gestão dos imóveis através da transferência de competências na área do património, com o propósito de os dinamizar em prol do território da Reserva Natural da Serra da Malcata e das suas populações.

Perspetiva-se, assim, que estes imóveis possam ser recuperados para exploração de turismo de natureza, como casas-abrigo para os visitantes, constituindo-se como um importante fator na criação e estruturação do produto integrado de valorização turística e ambiental da Reserva. O objetivo é compatibilizar a preservação dos valores naturais com as premissas do desenvolvimento local sustentável.

A recuperação destes imóveis ficará condicionada à definição prévia de um modelo de gestão e exploração (concessão, gestão direta ou protocolo com universidades) que garanta a sua manutenção e operação futura, evitando uma nova degradação.



Figura 4 - Casas de abrigo dos coneilhos do Sabugal (1 a 3) e de Penamacor (4).

Fotografias cedidas por Vítor Firmino e Hugo Joia

3.4. Demografia do território

Com uma população de 4 764 habitantes (Censos 2021), Penamacor é hoje um concelho com uma densidade populacional de 8,4 habitantes/km², pouco mais de metade da média da Beira Interior Sul (20,8) e muito abaixo dos índices da Região Centro e Nacional (75,7 e 112,6, respetivamente). Este valor representa uma quebra demográfica de 16,16% face aos dados de 2011, consolidando uma tendência de despovoamento acentuada.

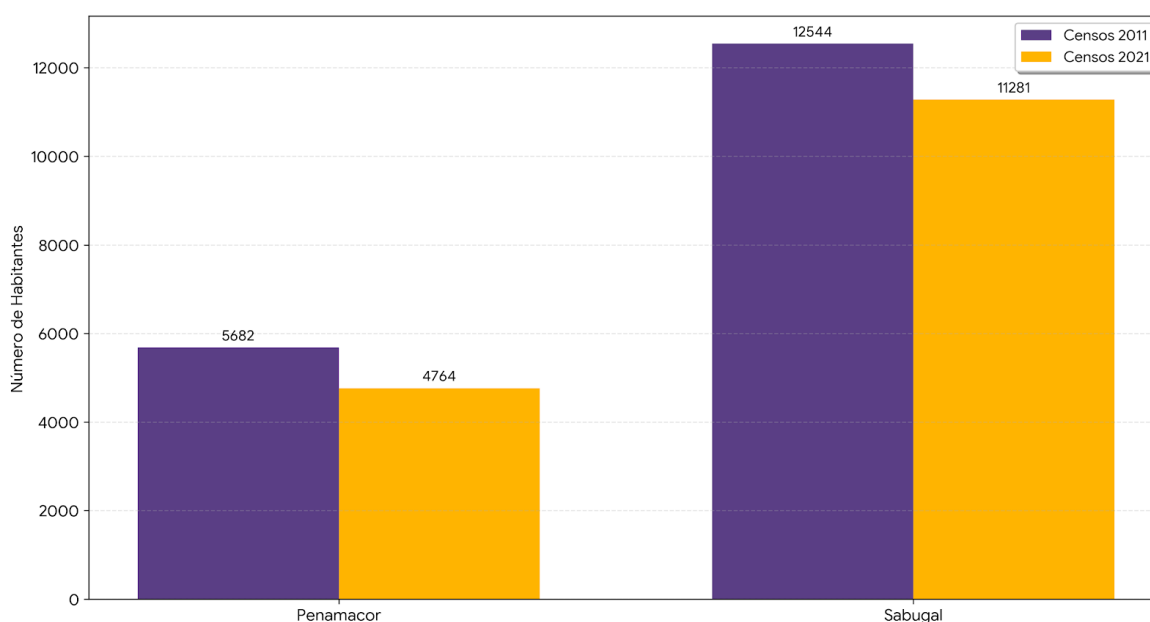


Gráfico 1 - Evolução da população de Penamacor e Sabugal 2011/2021. Fonte: INE

Para esta realidade contribuiu um conjunto de fatores e ocorrências de natureza histórica, geográfica, sociopolítica e económica que condicionaram a vida dos seus habitantes, conduzindo a



desequilíbrios estruturais muito acentuados em termos demográficos e ao enfraquecimento do tecido social produtivo.

De facto, verificou-se uma corrente migratória contínua desde finais dos anos cinquenta do século passado, com especial incidência nas décadas de 1960 e 1970, visando essencialmente a Europa, numa primeira fase, e depois o litoral nacional, com Lisboa a absorver o grosso do contingente que procurava melhores condições de vida. Esta tendência não deixou de esvaziar aldeias e vilas do interior, provocando as alterações profundas nos indicadores demográficos que hoje se verificam: uma taxa de mortalidade a quadruplicar a taxa de natalidade, o que ajuda a compreender o impressionante índice de envelhecimento de 618,2 estimativa atual, que revela a existência de mais de 6 idosos por cada jovem.

A atividade económica ressent-se em boa medida deste quadro social, onde a falta de empreendedorismo, a escassez de mão-de-obra qualificada e a fraca expressão do mercado local atuam como fortes condicionantes. O setor produtivo relaciona-se, em regra, com os recursos locais, com particular destaque para a silvicultura e a pequena indústria agroalimentar baseada no olival e na criação de gado bovino, ovino e caprino. O comércio mostra-se, por vezes, incapaz de concorrer com os centros urbanos mais próximos. Os recursos naturais constituem uma reserva importante de oportunidades suscetíveis de contribuir para o desenvolvimento económico do concelho, seja pela via da exploração agroflorestal, seja pelo desenvolvimento turístico, tirando partido da paisagem e da ruralidade.

Verifica-se nos concelhos de Penamacor e Sabugal um crescimento na área de animação turística. Estes operadores económicos pretendem promover a região de forma regulada e criar dinamismo com a Reserva, tendo já iniciado um trabalho em rede com os agentes económicos da região.

É também importante referenciar o trabalho dinâmico que a Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS) veio criar no território. Os produtos tradicionais marcam já uma posição significativa no âmbito da economia local. A pequena indústria transformadora e, de um modo geral, todas as empresas dispõem aqui de ótimas condições para se instalarem, beneficiando da atenção e facilidades que a Autarquia dispensa aos investidores, designadamente no que respeita à cedência de terrenos infraestruturados na Zona Industrial.



A agricultura encontra-se numa situação de impasse; o declínio dos métodos tradicionais de produção não correspondeu, de forma sistemática, à aplicação das medidas técnico-agrárias indispensáveis à rentabilidade e competitividade do setor. Estas medidas relacionam-se diretamente com a formação de agricultores e, em parte, com as características fundiárias das explorações, frequentemente muito parceladas e votadas ao abandono.

Há, apesar de tudo, condições efetivas para a reconversão e preservação de algumas culturas tradicionais, bem como para a introdução de novas culturas no perímetro do Regadio da Cova da Beira. O comércio reflete, por norma, os dinamismos — ou a falta deles — que os outros setores de atividade manifestam, e só terá a ganhar com o impulso de um turismo sustentado nas especificidades locais. Deve, contudo, ser capaz de se modernizar e ganhar capacidade atrativa.

O concelho do Sabugal situa-se na Raia Central, fazendo fronteira com a província de Salamanca (situada no sudoeste da Comunidade Autónoma de Castilla y León) e integrando a sub-região (NUTS III) Beiras e Serra da Estrela, numa envolvente marcadamente rural e de paisagem, por vezes, agreste e difícil, conservando importantes valores ecológicos e naturais (Rio Côa e a Reserva Natural da Serra da Malcata, que partilha com o concelho de Penamacor, a sul).

A região raiana portuguesa apresenta aspetos preocupantes de abandono dos territórios de cultivo e ocupação tradicionais, desindustrialização, despovoamento e emigração para cidades vizinhas ou mais longínquas à procura de melhores oportunidades — movimento que tem condicionado fortemente o desenvolvimento económico e a vida social e comunitária do Sabugal e dos concelhos vizinhos.

As dinâmicas referidas têm expressão maior na evolução demográfica recessiva ao longo do tempo. Com efeito, o Sabugal perdeu dois em cada três residentes no ciclo longo da emigração a partir da década de sessenta. Nas últimas duas décadas, o concelho viu acelerar o ritmo de despovoamento, o qual afeta não apenas as aldeias, mas a própria cidade. Entre 2011 e 2021, o Sabugal registou uma perda de 1 263 residentes, fixando-se nos 11 281 habitantes (2021). Esta variação negativa de 10,07% reflete a baixa densidade de 13,7 hab./km² num concelho predominantemente rural, sendo a agricultura e a pecuária as atividades produtivas a destacar.

Outras atividades ligadas à terra são a silvicultura e a pastorícia (para a produção de queijo de ovelha e de cabra). Verifica-se, no setor florestal, uma forte presença de carvalho e castanheiro,

também numa vertente produtiva. Existem ainda diversas indústrias ligadas às confeções, aos mármore e aos granitos, às serralharias, à produção de bens alimentares (enchidos, queijo, compotas), bem como um vasto número de atividades de comércio e serviços, alguns dos quais vocacionados para o turismo e lazer. Também o artesanato local deriva desta relação com a terra, sendo a produção de linho artesanal e a cestaria em bracejo disso exemplos.

3.5. Como se caracteriza o uso atual do solo

A ocupação do solo na Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM) revela uma paisagem dominada pelo setor florestal e por vastas áreas de matos, que em conjunto definem a identidade ecológica deste território. De acordo com a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS2023) a Reserva é maioritariamente ocupada por dois grandes pilares que cobrem mais de 70% da sua superfície: o Pinhal Bravo (*Pinus pinaster*), com uma expressão de 58 604,75 ha, e os Matos, que se estendem por 57 320,10 ha (Gráfico 2). Esta dualidade evidencia a importância histórica da silvicultura de resinosas e a forte presença de ecossistemas de sucessão natural que resultaram do progressivo abandono das atividades rurais.

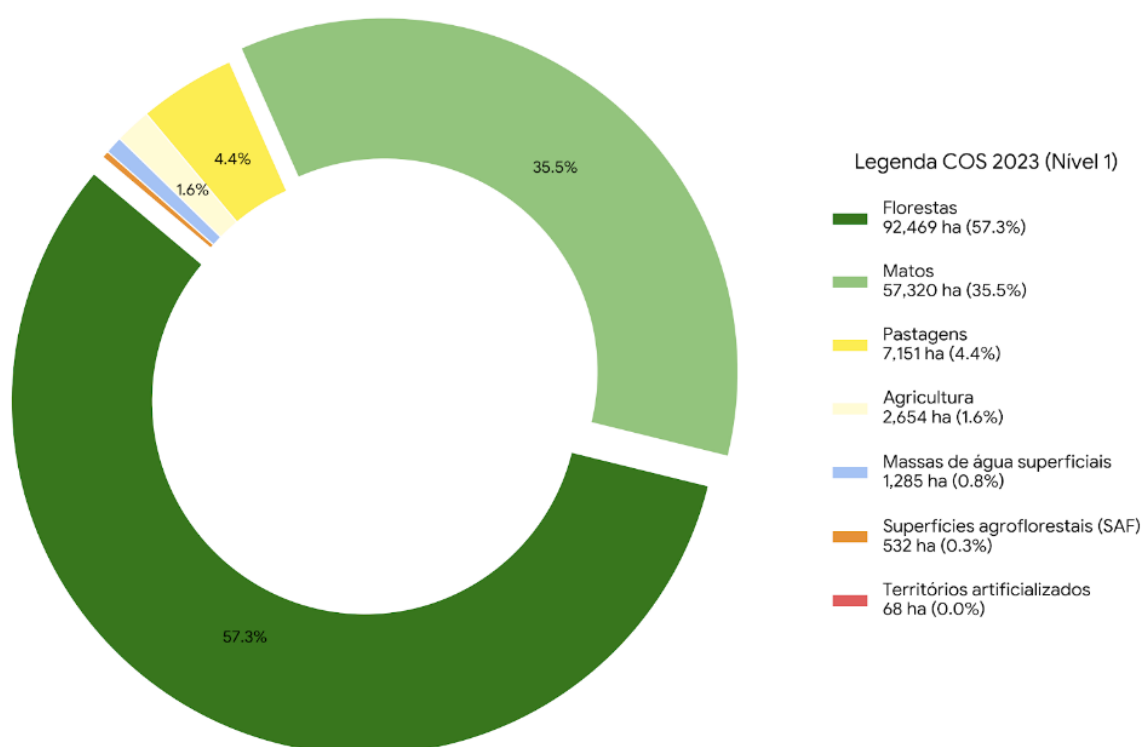


Gráfico 2 - Ocupação e uso do solo da RNSM, Fonte: DGT (COS2023)



Neste cenário de dominância florestal, a agricultura de subsistência resiste de forma fragmentada, baseando-se essencialmente em hortícolas. Esta atividade concentra-se maioritariamente nas zonas húmidas e férteis, como as margens da ribeira da Bazágueda (no limite sul), a zona do Salgueirinho, ao longo da ribeira da Meimoa e em algumas baixas junto ao rio Côa. Nas encostas menos declivosas da parte norte da Área Protegida, observam-se ainda searas de centeio, complementadas por pequenos olivais e soutos dispersos pelos municípios de Penamacor e Sabugal, respetivamente.

Particular relevância assumem os lameiros ao longo do rio Côa e dos seus afluentes. Estas pastagens de altitude desempenham um papel fundamental na alimentação do gado, suportando a pastorícia de cabras, ovelhas e vacas, que se concentra especialmente na região ocidental e no concelho do Sabugal. Este sistema agropastoril é um dos últimos redutos da economia tradicional, somando as pastagens melhoradas e espontâneas cerca de 7 151 ha na cartografia atual.

Contudo, este equilíbrio tem sofrido alterações profundas. O abandono das zonas de mais difícil acesso e o aumento da superfície ocupada por povoamentos florestais nas últimas décadas — com destaque para espécies como a pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*), o pinheiro-bravo, o pinheiro-larício (*Pinus nigra*) e o eucalipto (*Eucalyptus globulus*) — transformaram a fisionomia da serra. Esta expansão florestal, que totaliza mais de 92 000 ha de floresta diversa, teve impactos diretos em atividades ancestrais como a apicultura. A perda de áreas abertas e a alteração da flora disponível conduziram a uma diminuição do potencial apícola e ao progressivo abandono da produção de mel e pólen, outrora vibrante no município de Penamacor.

A RNSM apresenta hoje um rosto predominantemente florestal e seminatural, onde o desafio futuro passa por proteger os habitats críticos do lince e do abutre-preto, sem perder o mosaico agrícola e as atividades tradicionais que garantem a resiliência e a diversidade deste ecossistema único da Beira Interior.

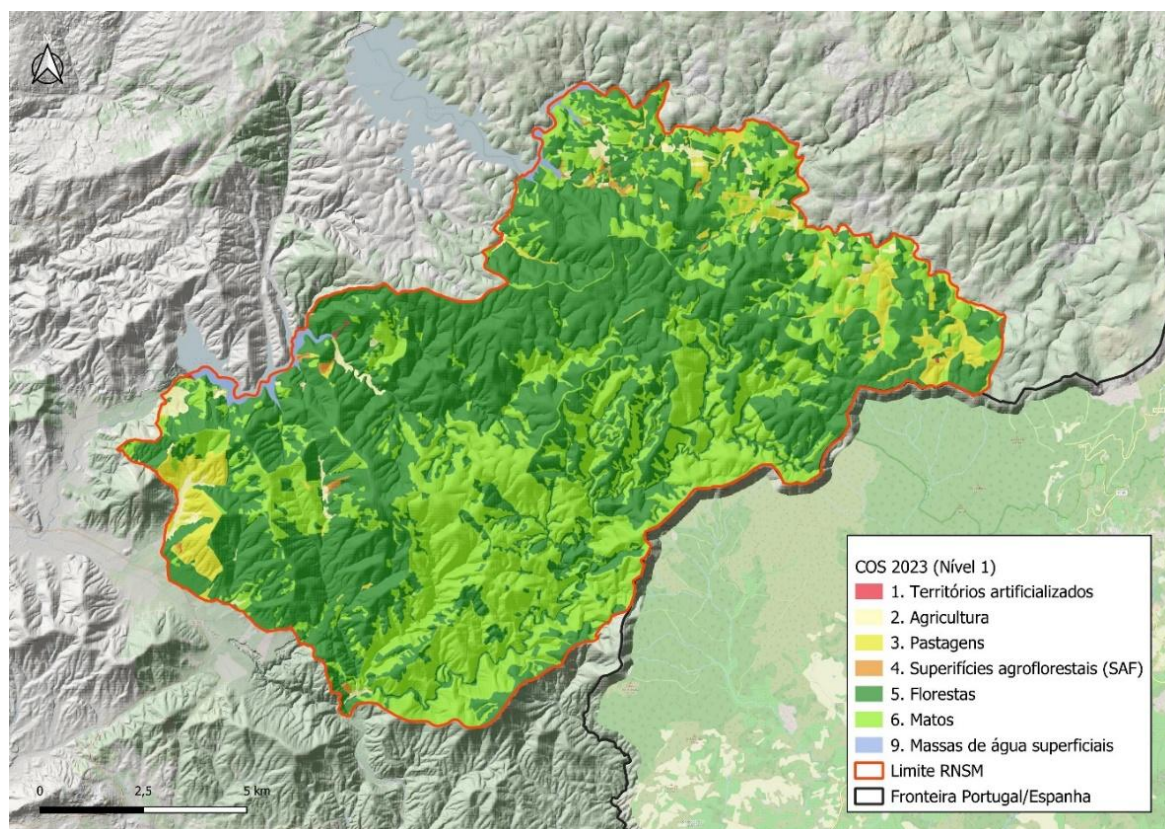


Figura 5 - Cartografia de uso e ocupação do solo da RNSM. Fonte: DGT (COS 2023)

4. Diagnóstico prospetivo

A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) constitui uma ferramenta fundamental para a definição das prioridades de intervenção no território da Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM). O diagnóstico infra apresentado resulta da avaliação dos fatores internos (Forças e Pontos Fracos) e da leitura das dinâmicas externas (Oportunidades e Ameaças).

Análise Interna (Forças e Fraquezas)

A RNSM apresenta um conjunto robusto de Forças, destacando-se a sua integração em redes de conservação de prestígio internacional (Rede Natura 2000 e IBA) e a existência de infraestruturas de apoio e interpretação consolidadas, como o Centro de Educação Ambiental da Senhora da Graça (CEASG), o Campo de Alimentação de Aves Necrófagas (CAAN) e o Centro de Interpretação do Lince Ibérico. A experiência acumulada no modelo de cogestão, aliada à acessibilidade estratégica a grandes centros urbanos e ao interesse dos municípios em reabilitar o património edificado (como



as casas da Quinta do Major e da Ventosa), posicionam o território como um destino de excelência para o turismo de natureza e investigação científica.

Contudo, subsistem Pontos Fracos estruturais que condicionam este potencial. A ausência física do linco-ibérico e o colapso populacional do coelho-bravo (presa-base) constituem os principais entraves à restauração plena do ecossistema. A nível socioeconómico, verificam-se lacunas na articulação com o setor turístico, falta de sinalética informativa e uma deficiente cobertura de redes móveis. É ainda notória a falta de sentido de pertença da população local e a inexistência, até à data, de um modelo de gestão operacional para o edificado, fatores que, somados ao elevado risco de incêndio e à predominância de monoculturas, fragilizam a resiliência do território.

Análise Externa (Oportunidades e Ameaças)

As Oportunidades identificadas centram-se na valorização de marcas como a "Natural.PT" e as "Terras do Lince", bem como no potencial das albufeiras da Meimosa e do Sabugal para atividades náuticas certificadas. A criação da Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) "Terras do Lince-Malcata" surge como um instrumento vital para a gestão da paisagem e resiliência ao fogo. O crescente interesse pelo *Birdwatching*, astronomia e desportos de natureza não motorizados, em articulação com o Geopark Naturtejo, abre portas à captação de novos públicos e ao desenvolvimento de produtos com Denominação de Origem Controlada.

No reverso, as Ameaças são significativas, com particular incidência nas alterações climáticas (seca e fenómenos extremos) e na persistência do risco de incêndios rurais face ao abandono do pastoreio. A desertificação demográfica e a falta de mão-de-obra qualificada, associadas à concorrência de regiões com marcas turísticas mais consolidadas, podem acentuar o desinvestimento. Adicionalmente, o efeito dissuasor da falta de transportes públicos e a propagação de espécies exóticas invasoras constituem riscos biológicos e logísticos que o futuro plano de ação deverá mitigar.

FORÇAS



- A experiência adquirida na cogestão;
- Área da Reserva acessível aos grandes centros urbanos, Lisboa, Porto e Madrid;
- A RNSM insere-se na Zona Especial de Conservação e na Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata, que integram a Rede Natura 2000;
- A Serra da Malcata está classificada como *Important Bird Area* (IBA);
- Centro de Educação Ambiental da Senhora da Graça (CEASG) no Sabugal, onde são dinamizadas visitas guiadas e ateliers didáticos, dirigidos sobretudo à comunidade escolar;
- Viveiros Florestais da Senhora da Graça (CEASG);
- Campo de Alimentação para Aves Necrófagas (CAAN) no interior da RNSM;
- Três percursos pedestres implantados na RNSM, pelo ICNF, I.P., estando prevista a revitalização de dois deles pelo Município de Penamacor;
- Circuitos sinalizados para a prática de BTT e de cicloturismo que intersectam a RNSM;
- Centro de interpretação do Lince Ibérico, em Malcata;
- Casas-abrigo da Nascente do Côa, do Canto da Ribeira (nos Fóios) e do Fojo (em Quadrazais) em fase de licenciamento;
- Interesse do Município de Penamacor em reabilitar a Casa da Ventosa e a casa da Quinta do Major;
- Forte e vincada ruralidade assente numa dependência quase total da produção primária;
- Presença de habitats prioritários e de valores botânicos e faunísticos com interesse comunitário;
- RNSM alvo do projeto de Restauro e Prevenção Estrutural (RCM nº 167/2017, de 2 de novembro) desenvolvido pelo ICNF, I.P.;
- Promover os bosques autóctones;
- Desenvolver protocolos com a rede rodoviária e redes de táxi para que o turista consiga elaborar troços de viagem entre os dois concelhos;
- Aumento de empresas de animação turística no território com o intuito de realizar visitas *in loco* na RNSM;
- Estimular o conhecimento sobre estado, distribuição e conservação dos valores naturais de fauna e flora, garantindo uma monitorização sistemática;
- Promover o turismo cinegético de acordo com as conformidades exigidas.

FRAQUEZAS



- Ausência do lince-ibérico no território, espécie representativa da RNSM, devido à degradação e fragmentação do habitat caraterístico desta espécie;
- O baixo efetivo populacional de coelho-bravo, presa principal do lince-ibérico, devido à degradação do habitat e a epizootias;
- Deficiências na gestão da exploração cinegética, nomeadamente na compatibilização permanente com os objetivos de conservação da natureza e utilização sustentável dos recursos;
- Abandono de práticas agrícolas tradicionais, e a intensificação da exploração florestal, que conduziu à perda e deterioração do habitat associado ao sistema agrosilvopastoril extensivo;
- Falta de revisão do Plano de Ordenamento da Reserva (melhoria na gestão do território, garantindo uma monitorização sistemática);
- Falta de sentido de pertença da população residente, nos Concelhos de Penamacor e do Sabugal, em relação à RNSM;
- Prestação de informação e comunicação com as populações limítrofes à RNSM deficiente;
- Situações de conflito em torno das condicionantes legais limitadoras do uso do solo e de outras atividades antrópicas na RNSM;
- Aplicação de taxas pelo Estado (em terrenos Estatais) no setor da Apicultura;
- O elevado risco de incêndio, especialmente na região sul, devido à elevada percentagem de área ocupada por formações arbustivas e povoamentos florestais, agravado, em muitas zonas, pela fraca acessibilidade;
- Manutenção insuficiente sobre o estado, distribuição e conservação dos valores naturais de fauna e flora;
- Insuficiente articulação com o setor turístico e o desenvolvimento socioeconómico da região. Atividades turísticas não ordenadas;
- Predominância de florestas de resinosas (*Pseudotsuga menziesii*, e *Pinus* spp.) sucedidas pelos matos, na ocupação do solo da RNSM;
- Sinalética insuficiente, ou mesmo inexistente, quer de aproximação, quer de informação e de divulgação;
- Insuficientes vias de acesso e infraestruturas associadas à paisagem e à observação e usufruto da biodiversidade;
- Áreas sem cobertura de rede móvel e internet;
- Falta de articulação com o setor do ensino e investigação;
- Falta de disponibilidade de emprego, o que leva a uma baixa atratividade;
- Problemas de fitossanidade no pinheiro;
- Os principais eixos rodoviários da Beira Interior (A23 e A25) não servem o concelho diretamente;
- Fraca atividade de turismo da Natureza no interior da RNSM;
- Falta de reabilitação de casas existentes no interior da RNSM, que se encontram danificadas e abandonadas;
- Colapso crítico das populações de coelho-bravo (presa base);
- Inexistência de modelo de gestão operacional para o edificado recuperado.

OPORTUNIDADES



- Centralidade relativamente aos grandes centros urbanos para possível captação de turistas;
- A marca Natural.PT, que divulga produtos e serviços na Rede Nacional de Áreas Protegidas. A marca Terras do Lince;
- Áreas de interesse arqueológico e geológico com potencial de visitação, em harmonia com a proteção dos valores naturais, em associação com o Geopark NaturTejo da Meseta Meridional;
- Possibilidade de observação do abutre-preto (*Birdwatching*);
- Rotas e percursos pedestres com potencial de valorização e de reforço;
- Potencial de procura de visitação de áreas de interesse arqueológico e geológico em harmonia com a proteção dos valores naturais;
- Desenvolvimento de redes de cooperação com centros de investigação de maneira a desenvolver produtos, sendo um motor económico;
- Valorização dos produtos resultantes das atividades rurais tradicionais e produtos turísticos e alimentares dos concelhos do Sabugal e de Penamacor através da marca registada “Terras do Lince”;
- Projeto Linx 2020 que envolve a realização de ações preparatórias da reintrodução do lince-ibérico na Serra da Malcata em articulação com a gestão cinegética;
- Forte e vincada ruralidade assente nos dois concelhos. Território muito envelhecido e despovoado;
- Dinamização em rede entre os dois concelhos de uma forma económica e sociocultural, utilizando a existência da Carta Europeia de Turismo Sustentável;
- Albufeira da Barragem de Meimosa e do Sabugal (POAAP), a primeira equipada com infraestruturas para atividades náuticas;
- Certificação da Estação Náutica de Penamacor;
- Processo de certificação da Estação Náutica do Alto Côa (ENAC) tendo em vista a integração na rede de Estações Náuticas de Portugal;
- AIGP “Terras do Lince-Malcata”, instrumento de ordenamento e gestão da paisagem que visa promover a resiliência aos incêndios, a valorização do capital e a promoção da economia local;
- Crescente procura pelo Turismo de Natureza, destacando-se o *Birdwatching*, os desportos náuticos e aquáticos como remo, canoagem, vela, *windsurf*, o *Stand up paddle* e pesca desportiva;
- Centro de Educação Ambiental da Senhora da Graça no Sabugal e Centro de informação em Penamacor com potencial para dinamizar atividades de educação ambiental e de investigação científica;
- Direcionar produtos para a Denominação de Origem Controlada;
- Globalizar o turismo nas várias vertentes, tais como, ornitologia, astronomia, agroturismo, património popular e tradicional.

AMEAÇAS

- As alterações climáticas que induzem fenómenos meteorológicos extremos, incluindo chuvas intensas e situações de seca que podem prejudicar a prática de recreio balnear;
- As situações propícias à problemática dos incêndios rurais que podem agravar-se devido ao aumento de temperatura, secas constantes e falta de pastorícia em certas zonas;
- Fraca dinamização com os agentes económicos da área de animação turística na Reserva da Malcata, podendo levar ao encerramento destas atividades;
- Falta de rentabilização das casas de guardas-florestais ou outras que poderiam dinamizar o turismo de natureza;
- A falta de pastoreio ou outras atividades agrícolas na Reserva, assim como a pouca quantidade de coelhos existentes, podendo inviabilizar a reintrodução do lince-ibérico;
- Falta de incentivos para as novas entidades na área do turismo de animação;
- A fraca atividade promocional da Reserva da Malcata por parte dos municípios do Sabugal e de Penamacor como área protegida e destino turístico;
- Falta de trabalho em rede e falta de coordenação e concertação institucional, nomeadamente entre agentes públicos e privados;
- Regiões próximas com marcas mais consolidadas e autenticadas, levando a uma maior disputa na concorrência de um lugar único e dinâmico;
- Desinvestimento em zonas de baixa densidade populacional;
- Deslocação de investimento para outras zonas mais competitivas;
- Falta de mão-de-obra, quer para áreas do setor primário quer para os outros setores;
- Custos elevados de certificação, licenciamentos e de apoio às pequenas produções locais;
- O efeito dissuasor da A23 e A25 sobre a possibilidade de deslocação dos visitantes, desvalorizando os recursos turísticos;
- Demora no planeamento estratégico tendo como principal objetivo o equilíbrio para a sustentabilidade;
- Falta de concertação empresarial nos setores que devem ser articulados conjuntamente (hotelaria, restauração, animação turística, etc.);
- A crise económica mundial associada à pandemia e à instabilidade geopolítica com reflexos nas movimentações turísticas;
- A falta de sinalética na promoção da Área Protegida pelas estradas nacionais;
- Falta de criação de bolsas de terra para investimento;
- Oferta turística pouco desenvolvida, qualificada e desarticulada dos outros agentes do território;
- Propagação de espécies exóticas invasoras;
- Pouca oferta de transporte público.

5. Propostas de Ação

5.1. Histórico

A Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata foi criada pelo Decreto-Lei n.º 294/81, de 16 de outubro, em virtude do seu elevado interesse biológico e faunístico em seus múltiplos aspetos. Esta área protegida foi posteriormente reclassificada como Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM) pelo Decreto Regulamentar n.º 28/99, de 30 de novembro, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro, que criou o novo quadro de classificação das áreas protegidas nacionais e que estabeleceu os seus limites atuais.

A Reserva Natural da Serra da Malcata sobrepõe-se parcialmente à Zona Especial de Conservação (ZEC) da Malcata (PTCON0004) e à Zona de Proteção Especial (ZPE) da Serra da Malcata (PTZPE0007), áreas que integram a Rede Natura 2000, respetivamente nos termos do Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, e do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Na área abrangida pela Reserva Natural da Serra da Malcata existem várias situações potencialmente geradoras de conflitos, as quais resultam, essencialmente, da não regulação da atividade humana.

Através da análise da evolução do uso do solo, efetuada ao longo dos anos é possível traçar, em linhas gerais,

- Um decréscimo de 86,15% e 66,03%, respetivamente, dos sistemas agrícolas e agroflorestais e das formações arbustivas;
- Uma duplicação na área recoberta por bosques autóctones e um aumento de 31% das manchas florestadas.

Estas alterações no uso do solo resultam essencialmente do abandono da agricultura tradicional, que se tem verificado nesta região nas últimas décadas, seguido de florestações efetuadas pela Portucel (*The Navigator Company*) - Empresa Produtora de Pasta e Papel S.A. e outras realizadas através dos fundos disponibilizados pela União Europeia através da Política Agrícola Comum (PAC).

Apontam-se como principais problemas dos sistemas naturais:



- a) O elevado risco de incêndio, especialmente na região sul, consequência da elevada percentagem de área ocupada por formações arbustivas e povoamentos florestais, agravado, em muitas zonas, pela fraca acessibilidade;
- b) A degradação e fragmentação do habitat característico do lince-ibérico (*Lynx pardinus*) — constituído por matagal mediterrânico (utilizado para refúgio e reprodução) intercalado com zonas abertas e/ou de pastagem (utilizadas como zonas de caça) devido ao uso desordenado do território;
- c) O baixo efetivo populacional de coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), presa principal do lince-ibérico, devido à degradação do habitat e a epizootias (mixomatose e doença hemorrágica viral);
- d) A futura transferência de águas da albufeira do Sabugal para a albufeira da Meimoa — que corresponde a um transvase entre as duas principais bacias hidrográficas portuguesas (Rios Douro e Tejo);
- e) A diminuição da biodiversidade geral devido à uniformização da paisagem, consequência das alterações no uso do solo verificadas nas últimas décadas devido, essencialmente, ao abandono da agricultura tradicional e à sua substituição pela utilização florestal do espaço;
- f) A gestão insustentável dos bosques de *Quercus pyrenaica* através de cortes rasos sucessivos efetuados pelos proprietários, bem como os cortes efetuados à vegetação ribeirinha;
- g) A dificuldade de recuperação da vegetação arbórea autóctone da zona centro-sul, à base de *Quercus suber* e *Quercus rotundifolia*, onde os solos são esqueléticos;
- h) O furtivismo que, por vezes, provoca o abate de espécies protegidas;
- i) A descarga de efluentes não tratados para o Rio Côa, comprometendo a qualidade da água, bem como a captação desregrada de água para rega.



5.2. Perspetivas atuais

O Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata (PORNMS) encontra-se em fase de conversão para Programa Especial da Reserva Natural da Serra da Malcata (PERNSM), tendo em vista o estabelecimento de um regime de gestão e salvaguarda de recursos e valores naturais.

Garantir a conservação da natureza e da biodiversidade e a manutenção e valorização da paisagem, aliado ao aproveitamento racional dos recursos naturais, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e à conciliação com o desenvolvimento social e económico das populações aí presentes, essenciais à implementação do princípio da utilização sustentável do território e da garantia da sua disponibilidade para as gerações futuras.

A elaboração do Programa Especial da Reserva Natural da Serra da Malcata irá traduzir-se na adaptação do Plano de Ordenamento vigente ao atual quadro normativo. Nesta conformidade e por princípio, são mantidas as soluções contidas no Plano aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2005, de 29 de março, para a prossecução dos objetivos de proteção dos recursos e valores naturais da Reserva Natural.

A elaboração do Programa Especial da Reserva Natural da Serra da Malcata (PERNSM) segue os seguintes objetivos:

- a) Estabelecer as condições necessárias que assegurem, a longo prazo, a presença de uma população viável de lince-ibérico;
- b) Promover a conservação de aves com estatuto de ameaça, como o abutre-preto e a cegonha-preta;
- c) Proteger o património natural, através de um correto ordenamento, conforme as potencialidades e características de cada zona, tendo em vista o fomento da qualidade e a otimização da adequabilidade dos habitats essenciais à conservação das espécies florísticas e faunísticas, como o matagal mediterrânico e outros habitats prioritários;
- d) Garantir a boa qualidade paisagística através da promoção da adequação das práticas agrosilvopastoris à gestão sustentável dos recursos naturais e conservação dos habitats;



e) Corrigir os processos que podem conduzir à degradação dos valores naturais em presença na RNSM, criando condições para a sua manutenção e valorização;

f) Assegurar a conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens que estão na base da designação da Zona Especial de Conservação da Malcata (PTCON0004) e da Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata (PTZPE0007), respetivamente nos termos do Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, e do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

O Plano de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata 2026-2029 estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, fixando regras com vista à harmonização e compatibilização das atividades humanas com a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica.

Neste sentido, é importante continuar a assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, concentrando o esforço nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza. Procura promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas. Bem como:

- Assegurar uma adequada promoção e valorização da Área Protegida, desenvolvendo-se também ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats prioritários;
- Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações de forma sustentada;
- Corrigir os processos que podem conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
- Estabelecimento de áreas e regras de utilização do território que garantam a boa qualidade ambiental e paisagística da zona de intervenção;
- Fomentar a qualidade dos biótopos, otimizando a sua adequabilidade para as espécies de conservação prioritária;



- Promover como zonas de minimização de impactes exteriores, onde se promove a adequação das práticas agrosilvopastoris à gestão sustentável dos recursos e conservação dos habitats;
- Manter e melhorar a sinalética nos percursos e nas zonas interditas e a articulação com os agentes económicos de animação turística para uma atividade cada vez mais sustentável;
- Estabelecer condições que assegurem, a longo prazo, a presença de uma população viável de lince-ibérico.

5.3. Posicionamento estratégico

O Plano de Cogestão define a estratégia, a visão e os objetivos da cogestão, sendo materializado com a definição, pela Comissão de Cogestão da RNSM, de um conjunto de ações esclarecidas com vista a alterar o cenário atual, num processo que se pretende evolutivo de mitigação dos fatores negativos e potenciador dos aspetos mais positivos.

É fundamental que as opções de gestão apresentadas, vertidas no Plano de Cogestão da RNSM 2026-2029, permitam alavancar a mudança estrutural necessária ao longo do próximo quadriénio, nomeadamente uma Cogestão mais participativa, mais interventiva e mais dinâmica e responsável, sem menosprezar a dimensão da vontade e perspetivas das populações de tornar a Reserva Natural da Serra da Malcata um verdadeiro ativo para o território.

As estratégias definidas para a cogestão da RNSM estão focadas no dinamismo, na promoção da conservação e da gestão dos valores naturais e no desenvolvimento económico da região:

- a) Apostar numa floresta mais resiliente ao fogo sem pôr em causa a preservação da biodiversidade, nomeadamente através da alteração da paisagem;
- b) Apostar na gestão ativa da crescente procura de turismo da natureza;
- c) Valorizar os produtos endógenos resultantes das atividades rurais tradicionais, valorizar as espécies autóctones, direcioná-los para a Denominação de Origem de alguns produtos e certificação biológica;
- d) Implementar um programa de comunicação dos valores naturais junto dos grandes centros urbanos em Portugal e Espanha como cativador de visitantes;



- e) Continuar a apostar em ações de sensibilização e formação ambiental;
- f) Articular com os diversos programas de valorização territorial;
- g) Criar modelos de empatia com as populações locais;
- h) Propor um código de conduta de visita às áreas protegidas;
- i) Apostar na reabilitação de património edificado do Estado em ruínas a partir de processos de transferências de competências;
- j) Reforçar o sentido de pertença da população e dos seus atores chave com a integração das mesmas em várias atividades tais como formação, sessões temáticas e investimentos, fortificando uma ação colaborativa entre todos;
- k) Promover as economias circulares de base territorial;
- l) Fomentar a criação de projetos de investigação de espécies autóctones, biodiversidade, cinegética, flora e fauna existente na RNSM, unindo o interesse com as Universidades e Politécnicos;
- m) Apostar na formação das entidades de Animação Turística, Alojamentos e Restauração, de modo a conseguirem tirar proveito das áreas protegidas, sendo estes atores chave fundamentais para o desenvolvimento turístico da RNSM e articular com a Carta Europeia de Turismo Sustentável;
- n) Apostar na comunicação, na informação e na promoção da RNSM;
- o) Criar portas de entrada para contagem de visitantes;
- p) Apostar em centrar o turismo com atividades direcionadas para a conservação da natureza e inovação da qualidade do mesmo;
- q) Dinamização e incentivo de espécies produtivas com impacto relevante no território, nomeadamente o castanheiro, o medronheiro e a aveleira (viabilizando projetos para a reconversão da paisagem e prevenção florestal);
- r) Valorização da silvopastorícia através da fileira Agroalimentar, nomeadamente o setor dos ovinos e caprinos;



- s) Dinamização e valorização das fileiras dos produtos da terra;
- t) Dinamização e valorização dos cursos de água, nomeadamente o Rio Côa, Ribeira da Meimoa (a montante da Albufeira da Meimoa) e Ribeira da Baságueda.

5.4. Eixos estratégicos e as áreas chave

A materialização dos objetivos do Plano de Cogestão definidos pela Comissão de Cogestão da RNSM assenta em 5 eixos estratégicos, a saber:

1. Promoção e sensibilização do território da RNSM;
2. Recuperação e proteção de espécies e *habitats*;
3. Promover a valorização de estruturas existentes;
4. Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave;
5. Dinamização da cogestão.

5.4.1 Promoção e sensibilização do território da RNSM

Numa era cada vez mais digital e onde as tecnologias da informação e a comunicação digital são um vetor fundamental para conexão com os mercados e de aproximação às pessoas, é essencial desenvolver ações de promoção da Reserva Natural e dos seus ativos através da criação de um portal eletrónico informativo, da criação de um canal com influência digital nas redes sociais para divulgar e cativar visitantes, realização de eventos (*workshops*, conferências e sessões de esclarecimento) para informar as comunidades locais sobre a Reserva, bem como para debater com a comunidade científica as propostas e ideias de proteção e valorização deste território nas suas várias dimensões: económica, social, ambiental e pública, em seminários e congressos.

O compromisso é elaborar um plano de sensibilização e comunicação assente na Marca 'Malcata' e sobre o património natural da RNSM direcionado para as pessoas, segundo a ideia-chave: *“pessoas informadas são pessoas que defendem e protegem”*.

Implementar um modelo de ciclo de conferências de carácter científico que visem debater a compatibilidade da conservação da natureza com as atividades económicas, bem como promover a inovação na gestão. Desenvolver e implementar programas formativos específicos sobre temas



relevantes para este território, dirigidos a diferentes públicos-alvo, sensibilizando-os e dotando-os de conhecimentos e ferramentas importantes para se alcançarem os objetivos que estiveram na base da classificação da Reserva Natural.

5.4.2. Recuperação e proteção de espécies e *habitats*

A conservação da natureza, a proteção dos espaços naturais e das paisagens, bem como a preservação das espécies da fauna e da flora e dos seus habitats naturais da RNSM, associado à manutenção dos equilíbrios ecológicos e à proteção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação, é fator determinante para o futuro da área protegida e da região.

Importa desenvolver ações de conservação dos valores florísticos e faunísticos, paisagísticos, geológicos e geomorfológicos, de acordo com os imperativos de conservação dos habitats naturais da fauna e flora selvagens protegidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e da nova Estratégia da Biodiversidade da UE para 2030, que dá especial relevo à proteção e recuperação dos ecossistemas.

Implementar um programa de censos da fauna que permita conhecer com clareza as populações de coelhos, lebre, javalis e corços, bem como de outros animais, uma vez que é fundamental conhecer a realidade para se poder definir políticas de futuro que garantam um equilíbrio das populações.

A Reserva da Malcata foi, em tempos, icónica para o lince-ibérico; assim, impõe-se a implementação de ações para melhorar o potencial de ocorrência do lince-ibérico (vulgo Lince da Malcata) no território como elemento central do processo de construção de uma identidade territorial perdida, o que significará a alavancagem de um setor de turismo de natureza fundamental para a economia local.

A ocorrência do lince é o objetivo final, mas a prioridade absoluta a curto prazo é atingir metas quantitativas de densidade de coelho-bravo. Sem presas, não há lince.

Adotar medidas agrosilvopastoris fomentando o desenvolvimento da agricultura e da pastorícia para melhorar as condições ecológicas do lince-ibérico em estreita colaboração com a entidade gestora da AIGP Terras do Lince-Malcata.



Desenvolver um plano de gestão cinegética, em estreita relação com o ICNF, que vise o controlo de predadores baseado numa estratégia de recuperação das populações de coelho, essenciais para a reintrodução do lince, mas também para o desenvolvimento da atividade económica. Articular com os Municípios a dinamização dos parques de produção de coelhos como peça vital para a reintrodução do lince.

A problemática dos incêndios continua a ser um dos principais fatores de ameaça à sustentabilidade da RNSM, pelo que se considera essencial articular com as entidades competentes medidas de gestão e prevenção adequadas, baseadas numa vigilância e monitorização contínuas associadas a ações de silvicultura preventiva de modo a diminuir o risco de incêndio.

5.4.3. Promover a valorização de estruturas existentes

A presença de pessoas na Reserva é um fator dissuasor de comportamentos de risco e importante na vigilância dos espaços; assim, importa valorizar as rotas e percursos e criar espaços requalificando as casas-abrigo, numa lógica de atividades turísticas sustentáveis e responsáveis.

Mantendo o compromisso que já estava plasmado no plano anterior, a valorização e manutenção do Centro de Alimentação de Aves Necrófagas (CAAN) é essencial do ponto de vista ambiental, mas também pode ser elemento-chave da estratégia de visita na Reserva.

Assume-se a criação e/ou requalificação de espaços de apoio e receção aos visitantes, nomeadamente criando espaços de acolhimento e continuando a qualificar e reforçar as infraestruturas e equipamentos existentes.

5.4.4 Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave

Promover a investigação científica e o conhecimento dos ecossistemas presentes e fatores de ameaça, bem como a monitorização de habitats e espécies, contribuindo desta forma para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico.



Fomentar estudos académicos e inovadores em prol dos valores riquíssimos que existem na RNSM, interagir com as escolas e promover a sensibilização sobre o território são estratégias importantes na valorização da região.

Estimular o interesse das entidades de animação turística de forma a organizarem visitas na RNSM e mostrar resultados perante a comunidade.

5.4.5 Dinamização da cogestão

A cogestão tem cada vez um papel mais importante enquanto plataforma de comunicação e apoio à decisão baseada nos contributos de atores chave numa participação que se pretende mais colaborativa.

Assim, assume-se a necessidade da criação de um Corpo Técnico, dedicado à gestão operacional do plano, composto por Cogestor e Técnicos dos municípios e ICNF.

Fomentar a participação e o envolvimento na gestão, de uma forma mais interventiva e reforçando o papel da Comissão de Cogestão sobre temáticas relevantes para a conservação da natureza e para as atividades económicas.

Estabelecer protocolos de cooperação com entidades que desenvolvem atividades na ótica da sensibilização, designadamente com o Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens (CERAS)??, o programa Ciência Viva, a E-Redes, entre outras entidades que permitam realizar ações com a comunidade escolar de sensibilização para os valores naturais.

5.5. Consulta pública

O Plano de Cogestão para o período de 2026-2029 foi elaborado no âmbito do Protocolo de Colaboração para a Gestão Colaborativa da RNSM e visa materializar o modelo participativo de cogestão, agregando um conjunto de projetos considerados estruturantes para a Reserva.

A proposta do Plano de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata para o período 2026-2029 será colocada em consulta pública durante vinte dias, logo após o parecer positivo do Conselho Estratégico da RNSM e a aprovação pela Comissão de Cogestão desta Área Protegida.



Sendo um documento vinculativo, a Comissão de Cogestão considera que o mesmo deverá ser objeto de consulta pública nos canais habituais, tanto digitais como analógicos, designadamente nos sítios na internet dos municípios de Penamacor e Sabugal, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), da Universidade da Beira Interior (UBI), da Associação de Compartes da Freguesia de Malcata, do Conselho Diretivo dos Baldios dos Fóios, do Instituto Social Cristão Pina Ferraz e da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA).

O Plano de Cogestão da RNSM 2026-2029 estará também disponível, em formato papel, nas Juntas de Freguesia (JF) e Uniões de Freguesia (UF) da área de influência da RNSM, nomeadamente: JF de Penamacor, JF de Meimão, JF de Meimosa, UF de Sabugal e Santo António, JF de Quadrazais, JF de Vale de Espinho, JF de Fóios e JF de Malcata, podendo ser consultado durante o horário de expediente das respetivas Juntas e Uniões de Freguesia.

A consulta pública do Plano de Cogestão é divulgada através de aviso, com a antecedência mínima de 5 dias, por edital municipal e nos sítios na internet das entidades representadas na Comissão de Cogestão, por um período não inferior a 20 dias, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação.

É competente para a promoção da publicação do edital municipal referido, ao abrigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais (alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), o Presidente da Câmara Municipal de cada município representado na Comissão de Cogestão da Área Protegida.

Durante o período de consulta pública, a Comissão de Cogestão promove a criação de canais de contacto direto para uso do público em geral, preferencialmente por via eletrónica (n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 116/2019). A informação relativa à consulta será feita através dos meios mais adequados a garantir o conhecimento a todo o tempo pelo público em geral (n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 116/2019).

Na fase inicial do período de consulta pública, a Comissão de Cogestão promove a realização de sessões participativas com o intuito de divulgar o Plano de Cogestão e fomentar a participação pública e o envolvimento de todos os interessados (alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 116/2019).



Após a recolha de todos os contributos da consulta pública, estes serão objeto de apreciação pela Comissão de Cogestão, sendo elaborado um relatório de ponderação com o resultado da consulta e a forma como a mesma foi tida em conta na proposta final do Plano de Cogestão.

6. Medidas e ações prioritárias com indicador de execução

As medidas a desenvolver no âmbito do presente Plano serão enquadradas pelos diplomas legais que regem a Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM), nomeadamente o seu Plano de Ordenamento (PORNSM — Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2005, de 29 de março), o Decreto-Lei n.º 18/2026, de 27 de janeiro que conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação da Malcata, a Portaria n.º 89-T/2026/1, de 23 de fevereiro, que aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Malcata (PTCON0004) e da Zona de Proteção Especial (ZPE) Serra da Malcata (PTZPE0007), bem como pelo Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual), salvaguardando rigorosamente a proteção dos valores naturais existentes.

O objetivo primordial é assegurar que as gerações futuras tenham a oportunidade de desfrutar e compreender o valor destas zonas, que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período. Para envolver o conjunto de atores e implementar com sucesso as medidas propostas, torna-se necessário diferenciar e monitorizar cada uma das ações através de indicadores de desempenho claros.

Este processo depende de uma relação de maior proximidade com os cidadãos e as entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da Área Protegida. Para consolidar esta ligação com os cidadãos e agentes económicos, é fundamental a existência de uma imagem identitária apelativa e facilmente reconhecível, complementada por materiais de divulgação que valorizem o património natural e cultural da Reserva.

Tendo em conta as principais questões identificadas pelos atores chave da RNSM, o Plano de Cogestão 2026-2029 estrutura-se em 5 eixos estratégicos.

Estratégia da Comissão de Cogestão da RNSM para 2026 - 2029

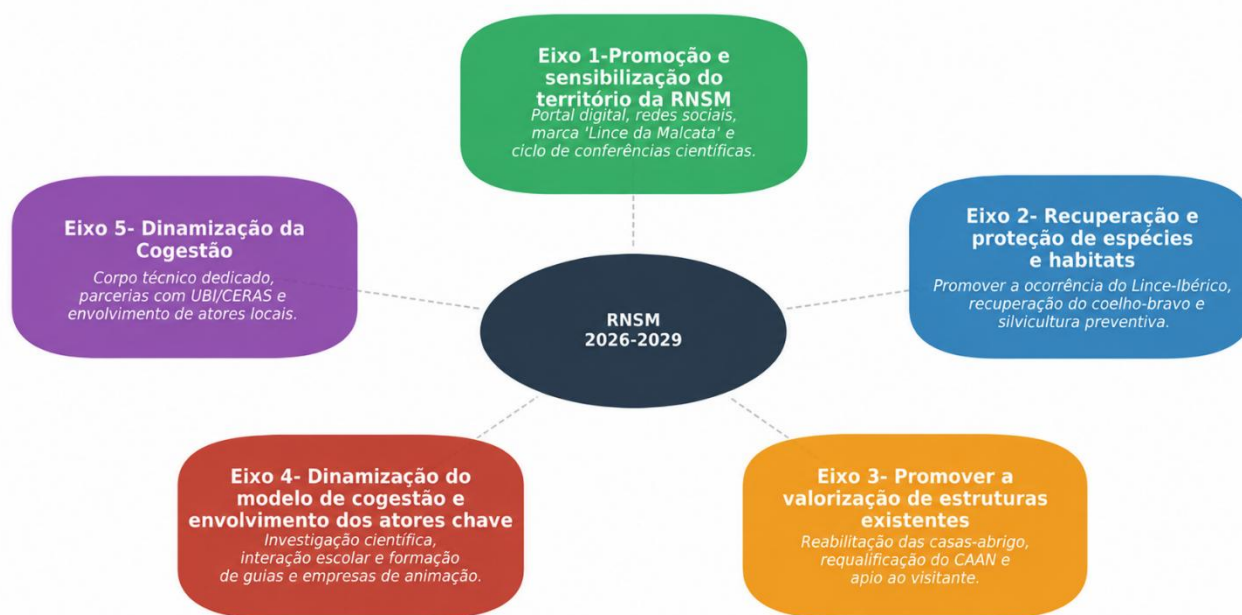


Figura 6 - Estratégia da Comissão de Cogestão

6.1. Eixo 1-Promoção e sensibilização do território da RNSM

MEDIDA 1.1 PROMOÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE A RNSM

Ação específica 1.1.1 Realização de evento anual de promoção do território Malcata (feira da primavera)

Ação específica 1.1.2 Elaboração de mapas interativos da Reserva Natural

Ação específica 1.1.3 Apoio na elaboração de material promocional e comunicação digital interativa

- Criação de canal digital com APP, **website** e redes sociais interligados;
- Criação de conteúdos digitais promocionais.

Ação específica 1.1.4 Participação em evento anual no setor de turismo da natureza, dinamização de debates, **workshops**, conferências e sessões de esclarecimento e realização



de ciclo de conferências direcionado para a Compatibilidade da conservação da natureza com as atividades económicas “pessoas informadas são pessoas que defendem e protegem”

Ação específica 1.1.5 Sensibilização e comunicação assente na Marca ‘Malcata’ e sobre o património natural da RNSM e promoção da Identidade da Reserva Natural da Serra da Malcata

Ação específica 1.1.6 Realização de “*Bootcamps*” Viveiros Senhora da Graça (programa ciência viva floresta) e requalificação das estruturas de apoio ao viveiro do Centro Ambiental da Sra. Da Graça (férias de campo)

Ação específica 1.1.7 Instalação do observatório de aves aquáticas da Albufeira da Ribª da Meimoa

Quadro 1 - Ações específicas do Eixo 1 – Promoção e sensibilização do território da RNSM



AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS	INVESTIMENTO			CALENDARIZAÇÃO	PRIORIDADE
	Coordenadores	Principais parceiros	Estimativa (€)	Potencial Financiador		
1.1.1 Realização de evento anual de promoção do território Malcata (festa da primavera)	CM Penamacor	CM Sabugal Freguesias	20.000,00€	Autarquias	2027	Média
1.1.2 Elaboração de mapas interativos da Reserva Natural	ICNF/CCDRC	CM Penamacor CM Sabugal	15.000,00€	Fundo Ambiental	2028	Média
1.1.3 Apoio na elaboração de material promocional e comunicação digital interativa	CM Penamacor CM Sabugal	Privados	10.000,00€	Fundo Ambiental Autarquias	2026	alta
1.1.4 Participação em evento anual no setor de turismo de natureza, dinamização de debates, <i>workshops</i> , conferências e sessões de esclarecimento e realização de ciclo de conferências direcionado para a Compatibilidade da conservação da natureza com as atividades económicas “pessoas informadas são pessoas que defendem e protegem”	CM Penamacor CM Sabugal ICNF CCDRC	CM Penamacor CM Sabugal	9.500,00€	Autarquias	2027-2028	Média
1.1.5 Sensibilização e comunicação assente na Marca ‘Malcata’ e sobre o património natural da RNSM e promoção da Identidade da Reserva Natural da Serra da Malcata	CM Penamacor CM Sabugal ICNF	Freguesias ONG	7.500,00€	Autarquias	2028	Média/alta

Plano de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata 2026-2029



1.1.6 Realização de “Bootcamps” Viveiros Senhora da Graça (programa ciência viva floresta) e requalificação das estruturas de apoio ao viveiro do Centro Ambiental da Sra. Da Graça (férias de campo)	CM Sabugal ICNF	CM Penamacor CM Sabugal	6.000,00€	Autarquias	2027-2028	Média
1.1.7 Instalação do observatório de aves aquáticas da Albufeira da Ribª da Meimosa	ICNF	Cervas Ceras CM Sabugal	3.000,00€	Autarquias	2026	Alta
MEDIDA 1.1 - PROMOÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE A RNSM (ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO)						71.000,00 €

Tabela 1 - Estimativa de orçamento e entidades envolvidas nas ações específicas do Eixo 1

6.2. Eixo 2- Recuperação e proteção de espécies e *habitats*

MEDIDA 2.1 PROMOVER A GESTÃO DOS VALORES NATURAIS

Ação específica 2.1.1 Promover o regresso do Lince-ibérico

- Criação dos cercados para instalação de Linces;
- Dinamização do observatório dos lince;
- Estruturação do Centro de conhecimento do Lince da Malcata;
- Instalação de Sistema de videovigilância no cercado;
- Dinamização e reforço do parque de produção de coelho.

Ação específica 2.1.2 Valorização dos valores paisagísticos

- Instalação de observatório de paisagem na RSNM;
- Instalação de câmara de paisagem.

Ação específica 2.1.3 Promover a recuperação dos *habitats* e das populações das espécies ameaçadas

Ação específica 2.1.4 Promover a aquisição de conhecimento através da realização de programas/projetos de investigação científica e monitorização de *habitats* e espécies

Ação específica 2.1.5 Atualizar o Atlas das Aves da Serra da Malcata

Ação específica 2.1.6 Melhorar a disponibilidade alimentar para o abutre-preto (ações de conservação e de manutenção no Campo de Alimentação de Aves Necrófagas da RNSM; instalação de câmara)

Ação específica 2.1.7 Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirão

Ação específica 2.1.8 Promover a gestão sustentável dos prados, montados, pastagens e charcos temporários

Ação específica 2.1.9 Promover a conservação e a gestão sustentável de *habitats* florestais



Ação específica 2.1.10 Estudo de Priorização de Áreas de Restauro Ecológico da RNSM

Ação específica 2.1.11 Programa de Monitorização Contínua de Quirópteros da Serra da Malcata

Quadro 2 - Ações específicas do Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats



AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS		INVESTIMENTO		CALENDARIZAÇÃO	PRIORIDADE
	Coordenadores	Principais parceiros	Estimativa (€)	Potencial Financiador		
2.1.1 Promover o regresso do Lince-ibérico	ICNF	Outras Entidades da CCog	250.000,00€	PRR Fundo Ambiental Centro 2030	2025	Muito elevada
2.1.2 Valorização dos valores paisagísticos	ICNF	CM Sabugal CM Penamacor	10.000,00€	PRR Fundo Ambiental Centro 2030	2026	Média
2.1.3 Promover a recuperação dos habitats e das populações das espécies ameaçadas	ICNF	Outras Entidades da CCog, ONGA's, Associações de Produtores	200.000,00€	PRR Fundo Ambiental Centro 2030	2025-2026	Muito elevada
2.1.4 Promover a aquisição de conhecimento através da realização de programas/projetos de investigação científica e monitorização de habitats e espécies	ICNF	Outras Entidades da CCog, Estabelecimentos Ensino Superior, Centros de Investigação	300.000,00€	FEEI	2026-2029	Muito elevada
2.1.5 Atualizar o Atlas das aves da Serra da Malcata	ICNF	Outras Entidades da CCog, ONGA/Proprietários	300.000,00€	FEEI Outros	2026-2029	Elevada
2.1.6 Melhorar a disponibilidade alimentar para o abutre-preto (ações de conservação e de manutenção no Campo de Alimentação de Aves Necrófagas da RNSM; instalação de câmara)	ICNF	DGAV /Produtores pecuários/ADL/Proprietários/ONGA	100.000,00€	Fundo Ambiental Centro 2030	2026-2029	Muito elevada

Plano de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata 2026-2029



2.1.7 Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirinho	ICNF, APA	PEPAC/Municípios/CCDR Centros de Investigação Agricultores, ONGA	200.000,00€	PEPAC Centro 2030 LIFE Fundo Ambiental OE Privado PRR/PNA-PNGIFR	2026-2029	Elevada
2.1.8 Promover a gestão sustentável dos prados, montados, pastagens e charcos temporários	ICNF	PEPAC/Municípios/CCDR Centros de Investigação Agricultores, ONGA	300.000,00€	PEPAC Centro 2030 Fundo Ambiental LIFE	2026-2029	Muito elevada
2.1.9 Promover a conservação e a gestão sustentável de <i>habitats</i> florestais	ICNF	CCDR/Órgãos de Gestão de Baldios Municípios/Freguesias Agricultores, gestores florestais e suas organizações Entidades gestoras das ZIF Entidades gestoras da AIGP	200.000,00€	PEPAC Centro 2030 Fundo Ambiental LIFE PRR/PNA-PNGIFR	2026-2029	Muito elevada
2.1.10 Estudo de Priorização de Áreas de Restauro Ecológico da RNSM	CM Penamacor CM Sabugal ICNF	ONGA's da Comissão de Cogestão (coordenação técnico-científica) Universidades Especialistas SIG Centros de Investigação em Ecologia da Paisagem e Modelação Ecológica	130.000,00€	LIFE Nature Fundo Ambiental PEPAC	2027-2028	Muito elevada
2.1.11 Programa de Monitorização Contínua de Espécies Bioindicadores – Quirópteros da Serra da Malcata	CM Penamacor CM Sabugal	ONGA's da Comissão de Cogestão (coordenação técnico-científica) Universidades	100.000,00€	LIFE Nature Biodiversity Fundo Ambiental PEPAC	2026-2029	Muito elevada



	ICNF	Especialistas em quirópteros Centros de Investigação Redes Ibéricas de Monitorização Ecológica				
MEDIDA 2.1 – PROMOVER A GESTÃO DOS VALORES NATURAIS (ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO)						2.090.000,00€

Tabela 2 - Estimativa de orçamento e entidades envolvidas nas ações específicas do Eixo 2

6.3. Eixo 3- Promover a valorização de estruturas existentes

MEDIDA 3.1 REABILITAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS

Ação específica 3.1.1 Reabilitação das estruturas das casas de abrigo para acolhimento de visitantes e valorização turística e ambiental

Ação específica 3.1.2 Criação de infraestruturas de interpretação e espaços ligados ao Turismo em Espaço Rural

Ação específica 3.1.3 Melhorar as condições de receção ao visitante no Centro de Interpretação da Reserva Natural da Serra da Malcata

Ação específica 3.1.4 Manutenção dos percursos Patada da Mula e Sobreiral

- Criação de uma grande rota da RNSM (Pedestre, ciclável) intermunicipal;
- Manutenção dos percursos existentes;
- Criação de Portas de Entrada da Área Protegida.

Ação específica 3.1.5 Criação de centro de atendimento e dinamização turística com parceiros

Ação específica 3.1.6 Implementação do centro de recuperação de fauna na RNSM

Quadro 3 - Ações específicas do Eixo 3 - Promover a valorização de estruturas existentes



AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS		INVESTIMENTO		CALENDARIZAÇÃO	PRIORIDADE
	Coordenadores	Principais parceiros	Estimativa (€)	Potencial Financiador		
3.1.1 Reabilitação das estruturas das casas de abrigo para acolhimento de visitantes e valorização turística e ambiental	CM Penamacor CM Sabugal	ICNF CCDR	400.000,00€	PRR Fundo Ambiental	2027	Alta
3.1.2 Criação de infraestruturas de interpretação e espaços ligados ao Turismo em Espaço Rural	CM Penamacor CM Sabugal	ICNF CCDR	50.000,00€	PRR Fundo Ambiental	2026	Alta
3.1.3 Melhorar as condições de receção ao visitante no Centro de Interpretação da Reserva Natural da Serra da Malcata	CM Penamacor CM Sabugal		4.000,00€	PRR Fundo Ambiental	2027	Média
3.1.4 Manutenção dos percursos Patada da Mula e Sobreiral	CM Penamacor CM Sabugal	ICNF CCDR	6.000,00€	Autarquias	2026	Média
3.1.5 Criação de centro de atendimento e dinamização turística com parceiros	ICNF	Turismo Centro	5.000,00€	Autarquias	2026	Média
3.1.6 Implementação do centro de recuperação de fauna na RNSM	ICNF CCDR	IPCB CERVAS	70.000,00€	PRR Fundo Ambiental	2028	Alta
MEDIDA 3.1 – REABILITAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS (ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO)						535.000,00€

Tabela 3 - Estimativa de orçamento e entidades envolvidas nas ações específicas do Eixo 3



6.4. Eixo 4- Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave

MEDIDA 4.1 PROMOVER A APROXIMAÇÃO, COLABORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA

Ação específica 4.1.1 Estabelecimento de novos protocolos com Centros de Investigação e conhecimento

Ação específica 4.1.2 Promover o 1º encontro Ibérico das Áreas Protegidas

Ação específica 4.1.3 Criação de redes colaborativas que promovam o desenvolvimento integrado da RNSM e das suas aldeias e de todo o território

Ação específica 4.1.4 Promover o conhecimento em questões de segurança e emergência

Ação específica 4.1.5 Levantamento, tratamento e divulgação do património cultural das comunidades da RNSM

Ação específica 4.1.6 Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações de prejuízos atribuídos ao lobo

Ação específica 4.1.7 Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC e ZPE

Ação específica 4.1.8 Plano Transfronteiriço de Conectividade Ecológica Malcata – Sierra de Gata

Ação específica 4.1.9 Rede de Aceleração de Serviços de Ecossistemas da Serra da Malcata

Quadro 4 - Ações específicas do Eixo 4 - Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave



AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS		INVESTIMENTO		CALENDARIZAÇÃO	PRIORIDADE
	Coordenadores	Principais parceiros	Estimativa (€)	Potencial Financiador		
4.1.1 Estabelecimento de novos protocolos com Centros de Investigação e conhecimento	Cogestão	CM Sabugal CM Penamacor	5.000,00€	Autarquias	2026	Alta
4.1.2 Promover o 1º encontro Ibérico das Áreas Protegidas	ICNF CCDR	CM Penamacor	3.500,00€	Autarquias	2026	Média
4.1.3 Criação de redes colaborativas que promovam o desenvolvimento integrado da RNSM e das suas aldeias e de todo o território	CM Penamacor CM Sabugal	Cogestão	14.000,00€	Autarquias	2026	Alta
4.1.4 Promover o conhecimento em questões de segurança e emergência	CM Penamacor	CM Sabugal/ ICNF IIACyL /Universidade de Salamanca/UBI	21.000,00€	Explorenature 2030 Centre GeoParks, Interreg	2026-2029	Média
4.1.5 Levantamento, tratamento e divulgação do património cultural das comunidades da RNSM	ICNF	ONGA	5.000,00€	Fundo Ambiental	2026-2029	Elevada
4.1.6 Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações de prejuízos atribuídos ao lobo	ICNF/GPP OPF/Municípios	PEPAC/CCDR APA/Turismo Centro Portugal Escolas/ADL/ONGA	1.000,00€	PEPAC Centro 2030 Fundo Ambiental	2026-2029	Média
4.1.7 Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC e ZPE	ICNF GPP Organizações de Produtores e de Gestores Florestais Municípios	PEPAC DRAP CCDR APA Turismo Centro Portugal Escolas Associações de Desenvolvimento Local	1.000,00€	PEPAC Centro 2030 Fundo Ambiental	2026-2029	Elevada



		ONGA				
4.1.8 Plano Transfronteiriço de Conectividade Ecológica Malcata – Sierra de Gata	CM Penamacor CM Sabugal ICNF	ONGA's da Comissão de Cogestão (coordenação técnico-científica) Universidades e Centros de Investigação nacionais e espanhóis Junta de Extremadura Entidades Gestoras da Rede Natura 2000 da Sierra de Gata CCDR-C Geopark Naturtejo Especialistas em Conectividade Ecológica	150.000,00€	INTERREG POCTEP LIFE Fundo Ambiental	2026-2028	Muito Elevada
4.1.9 Rede de Aceleração de Serviços de Ecossistemas da Serra da Malcata	CM Penamacor CM Sabugal ICNF	ONGA's da Comissão de Cogestão (coordenação técnico-científica) Universidades Laboratórios Colaborativos Especialistas em Serviços de Ecossistemas	210.000,00€	Horizon Europe LIFE Fundo Ambiental Programa Regional Centro 2030	2026-2028	Muito Elevada



		Proprietários Associações locais				
MEDIDA 4.1 - PROMOVER A APROXIMAÇÃO, COLABORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA (ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO)						410.500.00

Tabela 4 - Estimativa de orçamento e entidades envolvidas nas ações específicas do Eixo 4



6.5. Eixo 5- Dinamização da cogestão

MEDIDA 5.1 DINAMIZAÇÃO DA COGESTÃO

Ação específica 5.1.1 Implementação do modelo de estrutura de apoio à Comissão de Cogestão

Ação específica 5.1.2. Promover a sensibilização, formação e capacitação dos agentes da comissão

Ação específica 5.1.3 Implementar sistema de gestão profissional da Cogestão

Ação específica 5.1.4 Criação de redes colaborativas das Comissões de Cogestão

Ação específica 5.1.5 Promover o conhecimento em questões de segurança e emergência dos cogestores

Quadro 5 - Ações específicas do Eixo 5 – Dinamização da cogestão

Plano de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata 2026-2029



AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS		INVESTIMENTO		CALENDARIZAÇÃO	PRIORIDADE
	Coordenadores	Principais parceiros	Estimativa (€)	Potencial Financiador		
5.1.1 Implementação do modelo de estrutura de apoio à comissão de cogestão	Cogestão	CM Sabugal CM Penamacor	5.000,00€	Autarquias	2026	Alta
5.1.2 Promover a sensibilização, formação e capacitação dos agentes da comissão (formação para cogestores)	ICNF CCDR	CM Penamacor	5.500,00€	Autarquias	2026	Média
5.1.3 Implementar um sistema de gestão profissional da cogestão	ICNF CCDR	CM Penamacor CM Sabugal	1.000,00€	Autarquias	2026	
5.1.4 Criação de redes colaborativas das Comissões de Cogestão	Cogestão	ICNF CCDR CM Penamacor CM Sabugal	1.000,00€	Autarquias		Média
5.1.5 Promover o conhecimento em questões de segurança e emergência dos cogestores	CM Penamacor CM Sabugal	Cogestão	5.000,00€	Autarquias	2026	Alta
MEDIDA 5.1 - DINAMIZAÇÃO DA COGESTÃO						17.500,00€

Tabela 5 - Estimativa de orçamento e entidades envolvidas nas ações específicas do Eixo 5



7. Monitorização

O modelo de acompanhamento do Plano de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM) fundamenta-se no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que prevê a definição de um conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização comuns para as áreas protegidas. Estes indicadores, integrados de forma obrigatória nos planos de cogestão, são complementados por medidas específicas adotadas pela Comissão de Cogestão para responder às particularidades deste território.

Em conformidade com a Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, foram considerados os indicadores mínimos alinhados com os projetos e ações preferenciais elencados no n.º 3 do artigo 12.º do referido decreto-lei. A implementação destas medidas e ações será acompanhada de perto pela Comissão de Cogestão da RNSM, sendo objeto de uma monitorização sistemática que se materializará na apresentação de um relatório anual de acompanhamento e do respetivo Plano de Atividades anual.

O sucesso na execução da estratégia delineada será avaliado através de indicadores de realização identificados para cada uma das intervenções programadas. A tabela 6 detalha o conjunto de indicadores adotados, estabelecendo a situação de referência (Ano Zero) para o ciclo 2026-2029. Esta base comparativa permitirá acompanhar com rigor a evolução dos resultados ao longo dos três anos de implementação, assegurando que as metas propostas materializam efetivamente os objetivos estratégicos definidos pela Comissão de Cogestão em exercício.



EIXO	MEDIDAS	AÇÕES	INDICADORES	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	META
Eixo 1 Promoção e sensibilização do Território da RNSM	Medida 1.1 Promoção, comunicação e informação sobre a RNSM	Ação 1.1.1 Realização de evento anual de promoção do território Malcata (festa da primavera)	Mostra dos valores naturais da RNSM integrando a comunidade dos dois Concelhos	Realização de atividades na RNSM com as comunidades escolares e a comunidade em geral	1 evento anual com atividades na RNSM
		Ação 1.1.2 Elaboração de mapas interativos da Reserva Natural	Criação de mapas interativos para uso dos visitantes	Mapas da RNSM que direcionam às atividades e locais de observação	1 mapa interativo
		Ação 1.1.3 Apoio na elaboração de material promocional e comunicação digital interativa	Elaboração de materiais promocionais referentes aos valores naturais e culturais do território	Pouco material promocional existente	2000 brochuras promocionais sobre RNSM
		Ação 1.1.4 Participação em evento anual no setor de turismo de natureza, dinamização de debates, workshops, conferências e sessões de esclarecimento e realização de ciclo de conferências direcionado para a Compatibilidade da conservação da natureza com as atividades económicas “pessoas informadas são pessoas que defendem e protegem”	Nº de iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP	Sem presença em eventos no setor do turismo	Presença anual num evento de apoio ao setor do turismo
		Ação 1.1.5 Sensibilização e comunicação assente na Marca ‘Malcata’ e sobre o património natural da RNSM e promoção da Identidade da Reserva Natural da Serra da Malcata	Quantidade e tipo de materiais de sensibilização e promoção da identidade da RNSM produzidos e distribuídos (folhetos, vídeos, painéis informativos)	Inexistência de uma estratégia de comunicação integrada ou de uma Marca ‘Malcata’ formalizada e reconhecida.	Produzir e distribuir diferentes tipos de materiais informativos
		Ação 1.1.6 Realização de “ <i>Bootcamps</i> ” Viveiros Sra. da Graça (programa ciência viva floresta)	Nº de iniciativas sobre os valores naturais, culturais, económicos e tradicionais	3 atividades	3atividades/ano nos dois concelhos



Eixo 2 Recuperação e proteção de espécies e habitats		e requalificação das estruturas de apoio ao viveiro do Centro Ambiental da Sra. Da Graça (férias de campo)			
		Ação 1.1.7 Instalação do observatório de aves aquáticas da Albufeira da Ribª da Meimoa	Infratestrutras de observação	0	1
	Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais	Ação 2.1.1 Promover o regresso do Lince-ibérico	Envolver a comunidade com os valores naturais e faunísticos da RNSM	0	Várias iniciativas de promoção da reintrodução do Lince na RNSM
		Ação 2.1.2 Valorização dos Valores Paisagísticos	infraestrutura de fruição da paisagem	Não existem atualmente infraestruturas dedicadas à observação estratégica da paisagem no Alto da Machoca, nem uma plataforma digital para visualização remota em tempo real	criara uma plataforma digital para visualização remota em tempo real
		Ação 2.1.3 Promover a recuperação dos habitats e das populações das espécies ameaçadas	programa de gestão de habitats para espécies ameaçadas	0	1
		Ação 2.1.4 Promover a aquisição de conhecimento através da realização de programas/projetos de investigação científica e monitorização de habitats e espécies	Nº de projetos de investigação científica iniciados	0	apoiar 2 novos projetos de investigação científica, em áreas prioritárias de conservação
		Ação 2.1.5 Atualizar o Atlas das aves da Serra da Malcata	Atlas das Aves da Serra da Malcata, com dados atualizados	0	Publicar Atlas das Aves da Serra da Malcata



		Ação 2.1.6 Melhorar a disponibilidade alimentar para o abutre-preto (ações de conservação e de manutenção no Campo de Alimentação de Aves Necrófagas da RNSM; instalação de câmara)	pontos de alimentação controlados (APAANs)		instalar 2 APAAN
		Ação 2.1.7 Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirão	Ações para o Aumento da biodiversidade ou da densidade de espécies de peixes ou flora ribeirinha na área de intervenção	0	1/ano
		Ação 2.1.8 Promover a gestão sustentável dos prados, montados, pastagens e charcos temporários	Ações para o promoção de instalação e Área de prados e pastagens,	0	1/ano
		Ação 2.1.9 Promover a conservação e a gestão sustentável de <i>habitats</i> florestais	Ações para o gestão sustentável	0	1/ano
		Ação 2.1.10 Estudo de Priorização de Áreas de Restauro Ecológico da RNSM	Existência de modelo de apoio à decisão para priorização de áreas de restauro	Não existe modelo integrado de priorização	1 modelo SIG implementado
		Ação 2.1.11 Programa de Monitorização Contínua de Quirópteros da Serra da Malcata	programa de monitorização contínua de quirópteros	0	Implementar monitorização contínua de quirópteros anuais
Eixo 3 Promover a valorização de estruturas existentes	Medida 3.1 Reabilitação e dinamização das estruturas físicas	Ação 3.1.1 Reabilitação das estruturas das casas de abrigo para acolhimento de visitantes e valorização turística e ambiental	ações de reabilitação	0	1/ano
		Ação 3.1.2 Criação de infraestruturas de interpretação e espaços ligados ao Turismo em Espaço Rural	infraestruturas de interpretação	0	Instalar 2 infraestruturas de interpretação
		Ação 3.1.3	ações realizadas	0	2



Eixo 4 Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave		Melhorar as condições de receção ao visitante no Centro de Interpretação da Reserva Natural da Serra da Malcata			
		Ação 3.1.4 Manutenção dos percursos Patada da Mula e Sobreirial	ações de manutenção		1/ano em cada percurso
		Ação 3.1.5 Criação de centro de atendimento e dinamização turística com parceiros	criação welcome center	0	1 welcome centre movel
		Ação 3.1.6 Implementação do centro de recuperação de fauna na RNSM	protocolo de colaboração	0	protocolo de cooperação
	Medida 4.1 Promover a aproximação, colaboração e participação pública e privada	Ação 4.1.1 Estabelecimento de novos protocolos com Centros de Investigação e Conhecimento	Elaboração de protocolos de conhecimento sobre os valores naturais e culturais da RNSM	1	1
		Ação 4.1.2 Promover o 1º encontro Ibérico das Áreas Protegidas	Encontro das Áreas Protegidas	0	1 encontro Ibérico das Áreas Protegidas
		Ação 4.1.3 Criação de redes colaborativas que promovam o desenvolvimento integrado da RNSM e das suas aldeias e de todo o território	Promover um encontro da RNSM – 16 de outubro (aniversário da RNSM)	0	1 evento/ano
		Ação 4.1.4 Promover o conhecimento em questões de segurança e emergência	sistemas de localização	0	implementar sistema de localização
		Ação 4.1.5 Levantamento, tratamento e divulgação do património cultural das comunidades da RNSM	Inventário elementos património cultural	0	1
		Ação 4.1.6 Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de	Nº de ações de formação realizadas e	0	1



		indemnizações de prejuízos atribuídos ao lobo			
		Ação 4.1.7 Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC e ZPE	Nº de <i>workshops</i> e cursos práticos realizados	0	1/ano
		Ação 4.1.8 Plano Transfronteiriço de Conectividade Ecológica Malcata – Serra de Gata	Existência de plano transfronteiriço de conectividade ecológica aprovado	Não existe estratégia estruturada conjunta PT–ES	1 plano transfronteiriço aprovado
		Ação 4.1.9 Rede de Serviços de Ecossistemas da Serra da Malcata	Existência de rede estruturada de serviços de ecossistemas e base de dados de capital natural	Informação dispersa e incompleta	1 rede operacional com serviços de ecossistemas mapeados, disponível para apoio à gestão
Eixo 5 Dinamização da cogestão	Medida 5.1- Dinamização da cogestão	5.1.1 Implementação do modelo de estrutura de apoio à Comissão de Cogestão	Dinamizar reuniões da estrutura	2	6
		5.1.2 Promover a sensibilização, formação e capacitação dos agentes da Comissão	Elaborar plano de formação cogestores	0	1
		5.1.3 Implementar um sistema de gestão profissional da cogestão	Reforçar a equipa de gestão profissional da Cogestão	1	2
		5.1.4 Criação de redes colaborativas das Comissões de Cogestão	Nº de comissões integradas na rede	0	1
		5.1.5 Promover o conhecimento em questões de segurança e emergência dos cogestores	Nº de ações de formação realizadas	0	1
EIXO	MEDIDAS	AÇÕES	INDICADORES	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	META

Tabela 6 - Ações e indicadores de realização



8. Publicitação e divulgação

A informação e a comunicação relativas às intervenções e atividades realizadas no âmbito da Cogestão serão amplamente divulgadas através das redes sociais, dos sítios oficiais e da Agenda Municipal das Câmaras Municipais de Penamacor e do Sabugal. Adicionalmente, esta estratégia de comunicação estender-se-á aos canais digitais do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), bem como aos das restantes entidades que integram a Comissão de Cogestão, assegurando uma cobertura abrangente e multissetorial das ações desenvolvidas.

9. Nota Final

A elaboração do Plano de Cogestão para o quadriénio 2026-2029 baseia-se numa visão de futuro que, em função das circunstâncias, poderá ver a sua exequibilidade alterada. Nesse sentido, sugere-se que, no segundo ano de execução, seja promovida uma avaliação intercalar, permitindo a revisão das fichas de ação e eventuais ajustes necessários à estrutura do plano.

Na verdade, este plano assume três objetivos centrais e inequívocos: a reintrodução do lince na Reserva e a sua respetiva valorização; a dinamização dos ativos naturais existentes, com um reforço da presença nos canais digitais; e a consolidação do modelo de cogestão como ferramenta estruturante para dinamizar esta Área Protegida.

Estas constituem as diretrizes (*guidelines*) fundamentais da Cogestão para a RNSM. Para a prossecução destes objetivos, elenca-se um conjunto ambicioso de ações, desenvolvidas sob uma perspetiva realista, mas necessariamente sujeitas a condicionantes externas. Por este motivo, a revisão intercalar das medidas de ação previstas é considerada essencial para garantir o pleno desempenho e o sucesso deste Plano.

ANEXO – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES ESPECÍFICAS (Fichas da ação)

Eixo 1 – Promoção e sensibilização do Território da RNSM

Eixo 1 – Promoção e sensibilização do Território da RNSM				
Medida 1.1 Promoção, comunicação e informação sobre a RNSM				
Ação 1.1.1: Realização de evento anual de promoção do território Malcata				
Objetivo				
Promover o território da Serra da Malcata, destacando o seu valor natural, cultural e turístico, e reforçar a ligação da comunidade local à Reserva Natural.				
Ações Propostas			Ano de implementação	
- Organização de um festival anual que inclua atividades como caminhadas temáticas, palestras sobre a biodiversidade, feiras de produtos locais e demonstrações culturais; - Envolvimento de produtores e artesãos locais para exporem e comercializarem os seus produtos; - Parcerias com escolas e associações locais para promover atividades educativas e recreativas durante o evento; - Criação de campanhas de divulgação <i>online</i> para atrair participantes regionais e nacionais; - Monitorização e avaliação do impacto do evento (número de visitantes, receitas geradas, <i>feedback</i> dos participantes).			2026-2029	
Justificação				
Um evento anual é uma oportunidade para valorizar o território da Serra da Malcata, sensibilizar a população para a conservação da natureza e estimular a economia local.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)		CM Penamacor		
Entidades parceiras		CM Sabugal		
Investimento total estimado		20.000,00€		
Possíveis fontes de financiamento		Autarquias		
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				20.000,00€
Resultados esperados				
- Maior visibilidade da Serra da Malcata a nível regional e nacional;				



- Envolvimento da comunidade local na preservação e promoção do território; - Estímulo à economia local através da venda de produtos e serviços durante o evento.
Indicadores de resultados (outputs)
- Nº de eventos realizados; - Nº de participantes totais; - Nº de expositores e produtores locais envolvidos; - Quantidade de produtos locais vendidos; - Nº de atividades realizadas.

Eixo 1 – Promoção e sensibilização do Território da RNSM	
Medida 1.1 Promoção, comunicação e informação sobre a RNSM	
Ação 1.1.2: Elaboração de mapas interativos da Reserva Natural	
Objetivo Facilitar o acesso a informações sobre a Reserva Natural, promovendo a sua descoberta por visitantes e habitantes locais e reforçar a consciencialização sobre a biodiversidade e os valores culturais do território.	
Ações Propostas	Período de implementação
- Identificação das principais áreas de interesse da Reserva Natural (trilhos, <i>habitats</i>, espécies emblemáticas, etc.); - Desenvolvimento de um sistema de mapas digitais interativos acessíveis via site e aplicação móvel; - Criação de conteúdos multimédia associados aos mapas (vídeos, áudio-guias); - Promoção e divulgação dos mapas através de canais de comunicação (site da Reserva, redes sociais, entidades de turismo);	2026-2029
Justificação A criação de mapas interativos melhora a experiência dos visitantes, tornando a visita à Reserva mais educativa e acessível.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF, CCDRC
Entidades parceiras	CM Penamacor, CM Sabugal
Investimento total estimado	15.000,00€



Possíveis fontes de financiamento	Fundo Ambiental			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				15.000,00€
Resultados esperados				
- Disponibilização de uma ferramenta digital inovadora para os visitantes; - Promoção de práticas de visitação responsáveis, evitando os impactos negativos sobre os habitats; - Maior envolvimento do público através de uma experiência interativa e educativa.				
Indicadores de resultados (<i>outputs</i>)				
- Nº de mapas desenvolvidos; - Áreas de interesse identificadas e mapeadas; - Nº de conteúdos multimédia associados aos mapas; - Nº de acessos à ferramenta digital; - Nº de parceiros envolvidos.				

Eixo 1 – Promoção e sensibilização do Território da RNSM	
Medida 1.1 Promoção, comunicação e informação sobre a RNSM	
Ação 1.1.3: Apoio na elaboração de material promocional e comunicação digital interativa	
Objetivos Criar ferramentas de comunicação que facilitem a compreensão e valorização da Serra da Malcata, aumentando a sua atratividade turística e destacando o seu papel na preservação da biodiversidade e na promoção do desenvolvimento local. Desenvolver um canal digital, que inclua uma aplicação móvel, um <i>website</i> e redes sociais, para promover a Reserva Natural da Serra da Malcata de forma inovadora, interativa e acessível. A comunicação digital será reforçada com conteúdos promocionais atrativos e informativos que destacam os valores naturais, culturais e turísticos da Reserva, sensibilizando o público e promovendo um turismo sustentável.	
Ações Propostas	Ano de implementação



- Criação de cartazes, guias turísticos e folhetos educativos sobre a biodiversidade, trilhos e atividades disponíveis na Reserva; - Desenvolvimento de conteúdos audiovisuais, como vídeos promocionais, galerias de fotografias e infográficos; - Distribuição dos materiais em pontos estratégicos, como centros de interpretação, alojamentos locais, escolas e plataformas digitais; - Desenvolvimento de um <i>website</i> interativo com informações sobre trilhos, biodiversidade, eventos e património local; - Criação de uma aplicação móvel que inclua funcionalidades como trilhos guiados por GPS e guias educativos; - Produção de conteúdos multimédia (vídeos, fotografias, infográficos e imagens 360º) para promover uma experiência digital imersiva; - Gestão ativa das redes sociais, garantindo publicações regulares que promovam a Reserva e envolvam a comunidade.	2026-2029			
Justificação				
A elaboração de material promocional é essencial para aumentar a visibilidade da Serra da Malcata, atraindo mais visitantes e sensibilizando-os para a importância da conservação.				
A comunicação digital é uma ferramenta essencial para alcançar diferentes públicos. Ao integrar uma plataforma digital com conteúdos promocionais interativos, será possível melhorar a experiência do visitante, sensibilizar para a conservação ambiental e valorizar os recursos da região de forma moderna e acessível.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	CM Penamacor e CM Sabugal			
Entidades parceiras	Entidades da Comissão de Cogestão			
Investimento total estimado	10.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	Fundo Ambiental, Autarquias			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				10.000,00€
Resultados esperados				
- Maior alcance das mensagens de sensibilização e promoção do território; - Criação de uma imagem forte e consistente da Reserva como destino sustentável; - Estímulo ao turismo sustentável e ao conhecimento sobre a biodiversidade da região; - Lançamento de um canal digital que aumente a visibilidade e o impacto da Reserva; - Reforço da imagem da Malcata como um destino de excelência em turismo sustentável e inovação digital; - Envolvimento dos visitantes e do público-alvo através de conteúdos interativos e informativos.				
Indicadores de resultados (outputs)				



- Nº de folhetos, guias ou cartazes criados;
- Nº de cópias distribuídas;
- Nº de vídeos promocionais desenvolvidos;
- Impacto nas redes sociais;
- Criação das plataformas digitais;
- Nº de conteúdos digitais produzidos;
- Nº de *downloads* da aplicação móvel;
- Nº de visitantes de interações nas redes sociais;
- Nº de visitantes ao *website*.

Eixo 1 – Promoção e sensibilização do Território da RNSM	
Medida 1.1 Promoção, comunicação e informação sobre a RNSM	
Ação 1.1.4: Participação num evento anual do setor de turismo de natureza, dinamização de debates, <i>workshops</i>, conferências e sessões de esclarecimento e realização de ciclo de conferências direcionado para a Compatibilidade da conservação da natureza com as atividades económicas “Pessoas informadas são pessoas que defendem e protegem”	
Objetivos Promover a Reserva Natural da Serra da Malcata, como destino de excelência em turismo de natureza, através da participação em eventos que permitam estabelecer estratégias, divulgar os seus valores e atrair visitantes. Incentivar a participação da comunidade local e de especialistas na discussão sobre a conservação da biodiversidade, o turismo sustentável e o desenvolvimento regional, através de eventos formativos que incentivem o diálogo, o esclarecimento e a troca de conhecimentos. Fomentar o debate e a sensibilização sobre, como as atividades económicas podem coexistir e ser compatíveis com a conservação da natureza, destacando práticas sustentáveis e modelos de gestão que beneficiem tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais.	
Ações Propostas	Ano de implementação



- Identificar eventos relevantes de turismo de natureza a nível regional, nacional e internacional; - Planear uma presença atrativa nos eventos, incluindo um <i>stand</i> informativo sobre a Malcata; - Desenvolver materiais promocionais, como folhetos, vídeos e guias de atividades; - Realizar apresentações, palestras e debates sobre as potencialidades da Malcata; - Organizar <i>workshops</i> sobre biodiversidade, práticas sustentáveis e gestão do território; - Promover conferências anuais sobre desafios e oportunidades da Serra da Malcata; - Criar parcerias com universidades e associações locais para ampliar o alcance; - Avaliar o impacto dos eventos através de <i>feedback</i> e questionários; - Definir temas específicos para conferências e debates com especialistas; - Disponibilizar materiais informativos e transmitir as sessões online.	2026-2029			
Justificação				
A participação em eventos relacionados com o setor do turismo de natureza é uma estratégia essencial para posicionar a Reserva da Malcata como referência em ecoturismo. Este tipo de ação permite alcançar públicos segmentados, criar oportunidades de colaboração com operadores turísticos e sensibilizar para a importância da conservação ambiental enquanto motor do desenvolvimento sustentável. A dinamização de eventos como debates, <i>workshops</i> e conferências é fundamental para envolver a comunidade local e <i>stakeholders</i> no processo de preservação e valorização da Serra da Malcata. Estes eventos permitem não apenas informar, mas também criar espaços de reflexão e colaboração, promovendo a implementação de práticas mais sustentáveis e aumentando a consciencialização para os desafios enfrentados pelas áreas protegidas. O ciclo de conferências oferece um espaço para partilhar boas práticas, promover soluções inovadoras e informar a comunidade local e <i>stakeholders</i> sobre como é possível alcançar o equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a preservação ambiental. “Pessoas informadas são pessoas que defendem e protegem” traduz o impacto direto do conhecimento na promoção de atitudes conscientes e protetoras.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	CM Penamacor, CM Sabugal, ICNF, CCDRC			
Entidades parceiras	Entidades da Comissão de Cogestão			
Investimento total estimado	9.500,00€			
Possíveis fontes de financiamento	Autarquias			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				9.500,00€
Resultados esperados				
- Aumentar a visibilidade da Reserva entre especialistas em turismo de natureza;				

- Estabelecer parcerias estratégicas no setor turístico;
- Atrair mais visitantes qualificados, promovendo o turismo sustentável;
- Reforçar a imagem da Malcata como destino de excelência;
- Envolver a comunidade e *stakeholders* na gestão e preservação da Reserva.
- Aumento da capacitação em temas relacionados com a conservação e o turismo sustentável;
- Sensibilização e formação de públicos diversificados sobre a importância da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável;
- Reforço da ligação entre a Reserva e as universidades e instituições locais;
- Sensibilização de empresários, agricultores, operadores turísticos e outros *stakeholders* para práticas económicas sustentáveis e compatíveis com a conservação da natureza;
- Promoção de debates e partilha de boas práticas entre diferentes setores;
- Ampliação do conhecimento e do envolvimento da comunidade local na proteção da Serra da Malcata.

Indicadores de resultados (outputs)

- Nº de eventos em que a Reserva participa;
- Nº de contactos estabelecidos;
- Volume de material promocional distribuído;
- Nº de visitantes potenciais alcançados;
- Nº de eventos/conferências realizados;
- Nº de participantes;
- Nível de satisfação dos participantes;
- Nº de temas abordados;
- Nº de materiais produzidos;
- Nº de visualizações.

Eixo 1 – Promoção e sensibilização do Território da RNSM

Medida 1.1 Promoção, comunicação e informação sobre a RNSM

Ação 1.1.5: Sensibilização e comunicação assente na Marca 'Malcata' e sobre o património natural da RNSM e promoção da Identidade da Reserva Natural da Serra da Malcata

Objetivos

Reforçar a identidade da Reserva Natural da Serra da Malcata através da valorização da Marca 'Malcata', promovendo ações de sensibilização e comunicação que aumentem a notoriedade do território, destacando o património natural e cultural e sensibilizando para a importância da conservação da biodiversidade.



Fomentar a identidade da Reserva Natural da Serra da Malcata como um território único, promovendo a sua valorização através da integração de marcas reconhecidas, da realização de ações conjuntas entre entidades de cogestão e turismo sustentável e da divulgação das atividades turísticas e das zonas de visitação disponíveis.				
Ações Propostas			Ano de implementação	
- Criação de campanhas de sensibilização com a Marca ‘Malcata’, destacando o lince-ibérico como símbolo da biodiversidade da Reserva; - Produção de materiais promocionais, como vídeos e cartazes, com a identidade visual da marca; - Organização de atividades educativas para escolas e comunidades locais, como palestras e visitas guiadas, utilizando a marca como ferramenta de educação ambiental; - Desenvolvimento de conteúdos multimédia (documentários curtos, infográficos) para as plataformas digitais e redes sociais, promovendo o lince-ibérico, o património natural da Serra e as experiências disponíveis na Reserva; - Parcerias com operadores turísticos, associações locais e instituições educativas para ampliar o alcance das ações de sensibilização; - Incorporar a marca Natural.PT e a marca Terras do Lince; - Planeamento e execução de atividades colaborativas, entre a Cogestão e a CETS, que promovam práticas de turismo sustentável; - Promover reuniões regulares para o alinhamento de objetivos e coordenação de esforços entre a Cogestão e a CETS; - Criação de mapas interativos e físicos, onde seja indicado as zonas acessíveis e trilhos.			2026-2029	
Justificação				
Utilizar a Marca ‘Malcata’ como base para ações de sensibilização e comunicação contribui para aumentar o reconhecimento da Reserva, envolver a comunidade e os visitantes e reforçar a necessidade de proteger o território. A integração das marcas Natural.PT e Terras do Lince reforça o posicionamento da Reserva, enquanto as ações conjuntas com a CETS e a publicitação das atividades e zonas de visitação garantem maior visibilidade e envolvimento dos visitantes e das comunidades locais. Estas medidas ajudam a atrair turistas conscientes e a promover um turismo sustentável que beneficie tanto da economia local quanto a conservação ambiental.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)		CM Sabugal, ICNF		
Entidades parceiras		CM Penamacor		
Investimento total estimado		7.500,00€		
Possíveis fontes de financiamento		Autarquias		
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				7.500,00€



Resultados esperados
- Maior reconhecimento da Marca 'Malcata' como símbolo da Reserva e da identidade da Reserva e das marcas associadas; - Sensibilização ampliada sobre a conservação do lince-ibérico e do património natural da região; - Envolvimento da comunidade local e de visitantes em ações educativas e promocionais; - Aumento da visibilidade e da atratividade do território junto de turistas e operadores; - Integração das práticas de cogestão e turismo sustentável em prol da valorização da Reserva; - Melhor orientação e experiência dos visitantes nas zonas de visitação.
Indicadores de resultados (outputs)
- Nº de materiais promocionais produzidos; - Nº de campanhas digitais realizadas; - Nº de atividades educativas organizadas; - Nº de parcerias estabelecidas; - Nº de atividades turísticas promovidas; - Nº de ações conjuntas com a CETS; - Impacto nas redes sociais e outras campanhas digitais.

Eixo 1 – Promoção e sensibilização do Território da RNSM	
Medida 1.1 Promoção, comunicação e informação sobre a RNSM	
Ação 1.1.6: Realização de “Bootcamps” nos Viveiros da Senhora da Graça (Programa de Ciência Viva Floresta) e requalificação das estruturas de apoio ao viveiro do Centro Ambiental da Senhora da Graça (férias de campo)	
Objetivos Proporcionar uma experiência imersiva e educativa para diferentes públicos, através da realização de “Bootcamps” nos Viveiros da Senhora da Graça, que promovam a capacitação em práticas de conservação da biodiversidade, recuperação de habitats e valorização do património natural da Reserva Natural da Serra da Malcata. Requalificar as estruturas de apoio ao viveiro do Centro Ambiental da Sra. da Graça no âmbito da sensibilização e conhecimento dos valores naturais em tempos de férias.	
Ações Propostas	Ano de implementação



- Planeamento de “<i>Bootcamps</i>” com foco em atividades práticas; - Criação de módulos educativos, combinando teoria e prática, sobre ecologia, flora e fauna locais; -Envolvimento de especialistas e técnicos ambientais para liderar as atividades e sessões formativas; -Organização de atividades complementares, como caminhadas interpretativas, oficinas de identificação de espécies e dinâmicas de grupo para reforçar a sensibilização ambiental; - Promoção de parcerias com escolas, universidades e empresas interessadas em programas de voluntariado ou responsabilidade ambiental; - Monitorização dos impactos das ações realizadas durante os “<i>Bootcamps</i>” nos Viveiros e no território envolvente.					2026-2029					
Justificação										
Os “ <i>Bootcamps</i> ” oferecem uma abordagem prática e experimental para a sensibilização e formação em conservação da natureza, permitindo que os participantes se conectem diretamente com o território e entendam a importância das ações de proteção ambiental. Ao concentrar estas atividades nos Viveiros da Senhora da Graça, reforça-se a ligação ao património local e a promoção de práticas sustentáveis que beneficiem a biodiversidade da Serra da Malcata.										
Entidades envolvidas										
Entidade responsável (coordenadora)			CM Sabugal, ICNF							
Entidades parceiras			CM Penamacor							
Investimento total estimado			6.000,00€							
Possíveis fontes de financiamento			Autarquias							
Cronograma Financeiro										
Valor orçamentado/ano			2026		2027		2028		2029	
Total									6.000,00€	
Resultados esperados										
- Aumento da sensibilização e capacitação de jovens, estudantes e outros públicos em práticas de conservação e restauro ecológico; - Maior envolvimento da comunidade local e de parceiros externos na proteção e valorização do território; - Criação de uma dinâmica positiva de voluntariado e responsabilidade ambiental; - Nº de estruturas requalificadas.										
Indicadores de resultados (outputs)										
- Nº de “<i>Bootcamps</i>” organizados; - Nº de participantes; - Nível de satisfação;										

- Contabilização de utilizadores do espaço.

Eixo 1 – Promoção e sensibilização do Território da RNSM				
Medida 1.1 Promoção, comunicação e informação sobre a RNSM				
Ação 1.1.7: Instalação do observatório de aves aquáticas da Albufeira da Ribª da Meimoa				
Objetivo				
Promover a valorização e conservação das aves presentes na Reserva Natural da Serra da Malcata, através da dinamização do observatório de aves, incentivando a educação ambiental, a sensibilização da comunidade e o turismo sustentável.				
Ações Propostas			Ano de implementação	
- Realizar atividades regulares no observatório de aves aquáticas, incluindo visitas guiadas, sessões de observação e workshops de identificação de espécies; - Instalar equipamentos e materiais informativos no observatório, como binóculos, painéis sobre as aves da região e informações sobre a importância dos habitats aquáticos; - Desenvolver parcerias com associações de observação de aves e escolas locais para promover programas educativos e científicos; - Organizar eventos especiais, como dias abertos e campanhas de monitorização participativa, envolvendo a comunidade local e visitantes; - Implementar um sistema de registo de avistamentos de aves, acessível no local e online, para promover o envolvimento dos visitantes e contribuir para a monitorização científica.			2026-2029	
Justificação				
A dinamização do observatório permite valorizar o património natural, sensibilizar a população para a sua proteção e criar oportunidades de turismo sustentável. Além disso, promove a ligação entre a ciência, a educação ambiental e a comunidade local, reforçando a conservação dos habitats aquáticos.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)		CM Penamacor		
Entidades parceiras		Cervas, CM Sabugal		
Investimento total estimado		3.000,00€		
Possíveis fontes de financiamento		Autarquias		
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				3.000,00€
Resultados esperados				

- Aumento do número de visitantes ao observatório de aves aquáticas;
- Maior sensibilização da população local e dos visitantes sobre a importância das aves aquáticas e dos seus habitats;
- Criação de uma rede ativa de monitorização de aves;
- Desenvolvimento de novas iniciativas de turismo sustentável e educação ambiental, ligadas à observação de aves.

Indicadores de resultados (outputs)

- Nº de visitas guiadas e workshops realizados;
- Nº de visitantes ao observatório;
- Nº de painéis e materiais informativos instalados;
- Nº de campanhas de monitorização participativa realizadas.

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats	
Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais	
Ação 2.1.1: Promover o regresso do Lince-ibérico	
Objetivo	
Apoiar os esforços de regresso do lince-ibérico à Reserva Natural da Serra da Malcata, promovendo a sua presença enquanto espécie emblemática da biodiversidade local, através de infraestruturação, monitorização e sensibilização ambiental.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Dinamização do espaço dedicado à observação e monitorização do lince-ibérico; - Criação de um espaço educativo e interativo, dedicado à divulgação de informação científica e ao aumento da sensibilização sobre o lince-ibérico; - Implementação de um sistema de câmaras para monitorização em tempo real dos lincos no cercado, garantindo a segurança e a recolha de dados comportamentais.	2026-2029
Justificação	
As ações propostas garantem, não só as condições necessárias para o sucesso do programa de regresso, mas também permite o envolvimento das comunidades e visitantes na proteção do lince, promovendo o território enquanto exemplo de conservação ambiental.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	Outras entidades da CCog
Investimento total estimado	250.000,00€



Possíveis fontes de financiamento	PRR, Fundo Ambiental, Centro 2030			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				250.000,00€
Resultados esperados				
- Criação de condições adequadas para o regresso do lince-ibérico; - Sensibilização e envolvimento de diferentes públicos na proteção do lince; - Melhoria do conhecimento sobre o comportamento e adaptação do lince-ibérico no território.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Construção de cercado para o lince; - Nº de visitantes no observatório e no Centro de Conhecimento; - Nº de sessões educativas realizadas; - Funcionamento do sistema de videovigilância.				

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats	
Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais	
Ação 2.1.2: Valorização dos Valores Paisagísticos	
Objetivo Promover a conservação dos valores naturais que concorreram para a criação da Reserva Natural da Serra da Malcata, e valorizar os seus elementos paisagísticos e culturais através da instalação de infraestruturas que permitam a observação e a sensibilização para a sua conservação, e da criação de ferramentas digitais que ampliem o acesso e o envolvimento do público.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Instalação de um observatório estrategicamente localizado (Alto da Machoca), com vista privilegiada para os principais elementos da paisagem; - Instalação de uma câmara que transmita em tempo real imagens da paisagem da Reserva; - Integração da transmissão no website da cogestão, permitindo que qualquer pessoa possa “visitar” virtualmente a Reserva e acompanhar as mudanças sazonais e a biodiversidade local.	2026-2029
Justificação	
O observatório de paisagem permitirá uma experiência imersiva e educativa para os visitantes no local, enquanto a câmara de paisagem amplia o acesso a um público mais vasto, incluindo escolas, turistas e investigadores. Estas	



ações complementam-se, contribuindo para a valorização do território e o reforço da ligação entre a comunidade e a Reserva.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF			
Entidades parceiras	CM Sabugal, CM Penamacor			
Investimento total estimado	10.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	PRR, Fundo Ambiental, Centro 2030			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				10.000,00€
Resultados esperados				
- Maior sensibilização sobre a importância da conservação da paisagem e da biodiversidade; - Ampliação do acesso à Reserva, tanto presencialmente como virtualmente; - Criação de oportunidades educativas e de lazer ligadas à observação e interpretação da paisagem.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Instalação do observatório de paisagem; - Instalação da câmara de paisagem; - Nº de visitantes no observatório; - Nº de acessos ao site com transmissão ao vivo.				

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats	
Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais	
Ação 2.1.3: Promover a recuperação dos <i>habitats</i> e das populações das espécies ameaçadas	
Objetivo	
Fortalecer, promovendo uma abordagem integrada para a gestão do território, a conservação dos valores naturais e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.	
Ações Propostas	Ano de implementação



- Promover/assegurar densidades de coelho-bravo na ZEC e envolvente; - Elaborar e implementar o Plano Global de Gestão Cinegética para as populações de presas selvagens de lobo-ibérico na ZEC e envolvente; - Elaborar e implementar o Plano de Gestão para as populações de presas selvagens do lobo-ibérico e do lince-ibérico; - Melhorar a disponibilidade alimentar para as populações das espécies prioritárias.				2026-2029
Justificação				
Esta colaboração permite promover a recuperação de ecossistemas degradados, a conservação de espécies, como o lince-ibérico, e o envolvimento ativo das comunidades locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e para a valorização do território.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)		ICNF		
Entidades parceiras		Outras entidades da CCog, ONGAS's, Associação de Produtores		
Investimento total estimado		200.000,00€		
Possíveis fontes de financiamento		PRR, Fundo Ambiental, Centro 2030		
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				200.000,00€
Resultados esperados				
- Aumento da população de espécies prioritárias; - Oportunidades de desenvolvimento sustentável;				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Nº de ações específicas de fomento do coelho-bravo realizadas; - Quantidade de alimento suplementar disponibilizado para espécies prioritárias, - Qualidade e adequação dos planos de gestão.				

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats
Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais
Ação 2.1.4: Promover a aquisição de conhecimento através da realização de programas/projetos de investigação científica e monitorização de <i>habitats</i> e espécies
Objetivo



Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas.				
Ações Propostas			Ano de implementação	
- Analisar a dinâmica populacional do lince-ibérico, do coelho-bravo (sua presa principal) e de outras espécies cinegéticas; - Fazer uma vigilância contínua para detetar e controlar a presença e expansão de espécies invasoras, que possam ameaçar a biodiversidade local; - Estabelecer parcerias com o Centro de Interpretação local para desenvolver projetos de investigação e monitorização, envolvendo a comunidade local e o turismo de natureza; - Atualizar o conhecimento sobre o gato-bravo na Serra da Malcata.			2026-2029	
Justificação				
A realização de programas de investigação e monitorização é fundamental para sustentar as ações de conservação de forma eficaz, permitindo a aquisição de dados e conhecimento científico sobre o património natural.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)		ICNF		
Entidades parceiras		Outras entidades da CCog, Estabelecimentos Ensino Superior, Centros de Investigação		
Investimento total estimado		300.000,00€		
Possíveis fontes de financiamento		FEEI		
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				300.000,00€
Resultados esperados				
- Identificação de ameaças; - Aprofundamento do conhecimento; - Sensibilização pública; - Aumento da capacidade de monitorização.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Nº de estudos de dinâmica populacional realizados; - Nº de relatórios de monitorização de espécies invasoras; - Nº de parcerias estabelecidas com o Centro de Interpretação; - Adesão da comunidade.				

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats				
Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais				
Ação 2.1.5: Atualizar o Atlas das Aves da Serra da Malcata				
Objetivo				
Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas.				
Ações Propostas			Ano de implementação	
- Realizar censos de aves em diferentes épocas do ano (nidificantes, invernantes e migratórias) para recolher dados sobre a distribuição, abundância e densidade das espécies; - Sistematizar, analisar e interpretar os dados de campo para produzir mapas de distribuição e informação atualizada sobre a avifauna da serra, que culminará na publicação do novo atlas; - Criar uma base de dados digital para gerir e analisar a informação de forma eficiente.			2026-2029	
Justificação				
Um atlas atualizado fornece uma imagem precisa da distribuição e abundância das espécies de aves na serra, permitindo identificar alterações na avifauna ao longo do tempo. A informação científica recolhida é fundamental para a tomada de decisões de gestão e conservação, permitindo a identificação de áreas prioritárias e o desenvolvimento de ações direcionadas para as espécies mais ameaçadas ou vulneráveis.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)		ICNF		
Entidades parceiras		Outras entidades da CCog, ONGA/Proprietários		
Investimento total estimado		300.000,00€		
Possíveis fontes de financiamento		FEEL, outros		
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				300.000,00€
Resultados esperados				
- Um Atlas das Aves da Serra da Malcata atualizado, publicado e acessível ao público; - Identificação de tendências populacionais e de mudanças na distribuição das espécies de aves na área de estudo; - Relatórios periódicos sobre o estado das populações de aves e o estado dos ecossistemas; - Criação de uma base de dados digital para a gestão da informação.				

Indicadores de resultados (<i>outputs</i>)
- Nº total de registo de aves; - Nº de exemplares do novo Atlas atualizado e de outros materiais de divulgação produzidos e distribuídos; - Nº de registos de aves na base de dados.

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats				
Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais				
Ação 2.1.6: Melhorar a disponibilidade alimentar para o abutre-preto (ações de conservação e de manutenção no Campo de Alimentação de Aves Necrófagas da RNSM; instalação de câmara)				
Objetivo				
Assegurar a gestão sustentável dos <i>habitats</i> e da alimentação, garantindo a viabilidade e o aumento do sucesso reprodutor das populações de abutre-preto e cegonha-preta.				
Ações Propostas			Ano de implementação	
- Reforçar a alimentação de aves necrófagas fora de campos de alimentação, por disponibilização de subprodutos animais para alimentação de aves necrófagas fora de campos de alimentação: promoção deste tipo de alimentação de aves necrófagas, identificando potenciais gestores de explorações pecuárias extensivas e de zonas de caça que assegurem a sua instalação no terreno e mecanismos disponíveis para o efeito; - Assegurar a manutenção do funcionamento em rede do Campo de Alimentação para Aves Necrófagas (CAAN) existente, tendo em vista fornecer, com carácter suplementar relativamente à alimentação disponibilizada através da ação anterior, alimento a estas aves com uma gestão integrada.			2026-2029	
Justificação				
O melhoramento da disponibilidade alimentar para as espécies alvo, potencia o sucesso reprodutivo, o aumento das suas populações e a fixação de mais casais nidificantes na ZEC.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)		ICNF		
Entidades parceiras		DGAV, Produtores Pecuários, Associações de Desenvolvimento Local, Proprietários, ONGA		
Investimento total estimado		100.000,00€		
Possíveis fontes de financiamento		Fundo Ambiental, Centro 2030		
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				100.000,00€



Resultados esperados
- Aumento das populações; - Rede de alimentação funcional; - Mais conhecimento.
Indicadores de resultados (outputs)
- Nº de APAAN criados; - Quantidade de alimentos disponibilizados; - Nº de sessões de monitorização realizadas.

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats	
Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais	
Ação 2.1.7: Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirinho	
Objetivo Restaurar a integridade ecológica do ecossistema ribeirinho, através da recuperação da vegetação autóctone e da eliminação de descontinuidades, para assegurar a sua funcionalidade e a conservação das espécies alvo de fauna.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Restabelecer a continuidade estrutural e funcional do ecossistema ribeirinho de importância fundamental para as espécies alvo de fauna; - Recuperação da vegetação arbórea e arborescente autóctone que se desenvolve ao longo dos cursos de água; - Proceder à identificação e inventariação das descontinuidades à galeria ripícola autóctone; - Proceder à inventariação e identificação de todas as estruturas hidráulicas transversais e captações de água que promovem a descontinuidade fluvial.	2026-2029
Justificação A intervenção no ecossistema ribeirinho é essencial para a conservação das espécies aquáticas, restaurando a conectividade e a estrutura dos <i>habitats</i> para a sobrevivência da fauna e a saúde do rio.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	APA, ICNF
Entidades parceiras	PEPAC, Municípios, DRAP, Centro de Investigação, Agricultores, ONGA
Investimento total estimado	200.000,00€
Possíveis fontes de financiamento	PEPAC, Centro 2030, LIFE, Fundo Ambiental, OE, Privado, PRR/PNA-PNGIFR

Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				200.000,00€
Resultados esperados				
- 50% da galeria ripícola degradada com ocorrência real ou potencial dos tipos de <i>habitat</i> alvo; - 50% da área elegível; - 100% das estruturas assinaladas para eliminação.				
Indicadores de resultados (<i>outputs</i>)				
- Proporção de galeria ripícola objeto de projetos de restauro orientado para a promoção dos tipos de <i>habitat</i> alvo; - Proporção de área agrícola contratualizada; - Proporção das estruturas hidráulicas obsoletas ou de génese informal e ilegal eliminadas.				

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats	
Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais	
Ação 2.1.8: Promover a gestão sustentável dos prados, montados, pastagens e charcos temporários	
Objetivo	
Manter ou melhorar a boa condição ecológica dos charcos temporários, prados, pastagens e montados através do fomento do pastoreio em moldes extensivos de forma a deter a sucessão ecológica da vegetação, mitigando também o potencial impacto negativo do fogo, nomeadamente nos cervunais e nos charcos temporários mediterrânicos. Importa prevenir, por outro lado, os efeitos adversos do sobrepastoreio nestes tipos de <i>habitats</i> e nas espécies de flora e fauna associada.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Realizar análises regulares da fertilidade do solo e da qualidade da pastagem para determinar as melhores soluções de fertilização e de manejo; - Proteger os charcos e outras zonas húmidas, evitando a sua degradação por sobrepastoreio, mobilização de solo ou poluição por fertilizantes e pesticidas; - Gerir a vegetação do subcoberto nos montados, mantendo-o controlado para reduzir o risco de incêndio, sem eliminar totalmente a sua riqueza, - Utilizar animais como "gestores do ecossistema" em zonas protegidas, direcionando o pastoreio para a conservação e multifuncionalidade dos <i>habitats</i>.	2026-2029
Justificação	
A gestão sustentável de prados, montados, pastagens e charcos temporários é crucial para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas associados, garantindo a viabilidade de espécies únicas, a resiliência do território face às alterações climáticas e a manutenção de um sistema produtivo e paisagístico de elevado valor ecológico e cultural, que beneficia tanto a vida selvagem como as comunidades rurais.	



Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF			
Entidades parceiras	PEPAC, Municípios, CCDRC, Centros de Investigação, Agricultores, ONGA			
Investimento total estimado	300.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	PEPAC, Centro 2030, Fundo Ambiental, LIFE			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				300.000,00€
Resultados esperados				
- Aumento da riqueza e abundância de espécies vegetais e da fauna associada; - Melhoria da qualidade e estrutura dos <i>habitats</i>; - Melhoria da qualidade da água; - Maior consciencialização.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Área de prados e pastagens sob gestão sustentável; - Nº de charcos temporários geridos ou restaurados.				

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats	
Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais	
Ação 2.1.9: Promover a conservação e a gestão sustentável de <i>habitats</i> florestais	
Objetivo Promover as práticas de gestão florestal compatíveis com a boa condição ecológica dos tipos de <i>habitat</i> florestais, as suas orlas e espécies de flora e fauna, assim como o fomento da floresta de conservação.	
Ações Propostas	Ano de implementação



- Planear e programar o restauro ecológico das áreas florestais, invadidas ou ameaçadas por espécies exóticas invasoras; - Nas áreas de ocorrência de <i>habitat</i> florestais, excluir a entrada de gado, designadamente nas zonas de regeneração dos bosques ou onde estes apresentem uma estrutura mais débil, a definir localmente; - Manter a madeira morta no <i>habitat</i> de bosque, em todas as suas configurações, assim como de árvores vivas de grande porte, desde que não constituam um foco de problemas fitossanitários ou um risco em termos de segurança de pessoas e bens; - Preservar a orla natural de mato/matagal alto para proteger os bosques da ação microclimática da insolação, do vento e/ou da vegetação heliófila ou nitrófila agressiva para que esta não invada o interior do bosque, salvaguardando igualmente toda a regeneração natural de espécies arbóreas ou arborescentes autóctones; - Após os incêndios deve-se avaliar a necessidade de uma rápida estabilização dos solos de maneira a mitigar os efeitos da erosão hídrica dos solos e consequente arrastamento para as linhas de água; - Realizar as intervenções florestais nos meses de julho a fevereiro inclusive, devendo este período ser encurtado quando ocorram valores naturais que o justifiquem; - Assegurar que as árvores de grande porte saudáveis e um núcleo ao seu redor (25m) não são cortadas.	2026-2029			
Justificação				
A gestão sustentável dos <i>habitats</i> florestais é crucial para garantir a conservação da biodiversidade, a resiliência dos ecossistemas face às alterações climáticas e a manutenção de serviços de ecossistemas vitais, enquanto se promove um equilíbrio entre a produção florestal e a proteção dos valores naturais para as gerações presentes e futuras.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF			
Entidades parceiras	CCDR, Órgãos de Gestão de Baldios, Municípios, Freguesias, Agricultores, gestores florestais e suas organizações, Entidades gestoras das ZIF, Entidades gestoras da AIGP			
Investimento total estimado	200.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	PEPAC, Centro 2030, Fundo Ambiental, LIFE, PRR/PNA-PNGIFR			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				200.000,00€
Resultados esperados				
- Melhoria do estado de conservação dos <i>habitats</i>; - Aumento da biodiversidade florestal; - Recuperação e expansão de floresta de conservação;				

- Aumento da conectividade ecológica.
Indicadores de resultados (outputs)
- Nº de hectares com restauro ecológico planeado e programado;
- Nº de hectares com gestão de orla implementada;
- Nº de hectares com intervenção de estabilização de solos pós-incêndio;
- Qualidade da execução dos planos de restauro.

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e habitats				
Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais				
Ação 2.1.10: Estudo de Priorização de Áreas de Restauro Ecológico da RNSM				
Objetivo				
Desenvolver um modelo de apoio à decisão para identificação e hierarquização de áreas prioritárias para restauro ecológico na RNSM, integrando conectividade ecológica, risco de incêndio, habitats prioritários e serviços de ecossistemas, de forma a apoiar a gestão adaptativa do território.				
Ações Propostas				Ano de implementação
- Desenvolvimento de modelo SIG de apoio à decisão para priorização de áreas de restauro ecológico - Integração de critérios ecológicos, climáticos e territoriais no modelo - Identificação e hierarquização de áreas prioritárias de intervenção				2027-2028
Justificação				
Permite uma abordagem científica e integrada ao restauro ecológico, aumentando a eficácia das intervenções e garantindo maior resiliência ecológica e climática da RNSM.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	CM Penamacor, CM Sabugal, ICNF			
Entidades parceiras	ONGA’s da Comissão de Cogestão, universidades, especialistas SIG, centros de investigação			
Investimento total estimado	130.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	LIFE Nature, Fundo Ambiental, PEPAC			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total		65.000,00€	65.000,00€	



Resultados esperados
- Planeamento das ações de restauro ecológico - Identificação de áreas prioritárias baseadas em critérios científicos - Aumento da eficiência da gestão do território
Indicadores de resultados (outputs)
- 1 modelo SIG de apoio à decisão implementado - Nº de áreas prioritárias identificadas - % da RNSM analisada pelo modelo

Eixo 2 – Recuperação e proteção de espécies e <i>habitats</i>				
Medida 2.1 Promover a gestão dos valores naturais				
Ação 2.1.11: Programa de Monitorização Contínua de Quirópteros da Serra da Malcata				
Objetivo				
Implementar um programa contínuo de monitorização de morcegos bioindicadores para avaliação do estado de conservação dos habitats, conectividade ecológica e riscos ecológicos, incluindo potenciais zoonoses.				
Ações Propostas			Ano de implementação	
- Monitorização acústica, abrigos e capturas científicas de quirópteros - Análise de tendências populacionais - Avaliação da qualidade ecológica dos habitats associada às espécies			2026-2029	
Justificação				
Os quirópteros são excelentes bioindicadores, permitindo avaliar alterações ecológicas e apoiar a gestão adaptativa da paisagem da RNSM.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)		CM Penamacor, CM Sabugal, ICNF		
Entidades parceiras		ONGA’s da Comissão de Cogestão, universidades, especialistas em quirópteros, redes ibéricas de monitorização ecológica		
Investimento total estimado		100.000,00€		
Possíveis fontes de financiamento		LIFE Biodiversity, Fundo Ambiental, Centro 2030		
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total	25.000,00€	25.000,00€	25.000,00€	25.000,00€



Resultados esperados
- Melhoria do conhecimento sobre populações de morcegos da RNSM - Monitorização contínua da biodiversidade - Apoio à gestão ecológica baseada em dados
Indicadores de resultados (outputs)
- Nº de espécies e indivíduos monitorizados - Nº de estações acústicas ativas - Série de dados ecológicos contínua

Eixo 3 – Promover a valorização de estruturas existentes

Eixo 3 – Promover a valorização de estruturas existentes				
Medida 3.1 Reabilitação e dinamização das estruturas físicas				
Ação 3.1.1: Reabilitação das estruturas das casas de abrigo para acolhimento de visitantes e valorização turística e ambiental				
Objetivo				
A recuperação das casas de abrigo existentes na RNSM, inseridas nas Freguesia dos Foios, Freguesia de Quadrazais, e em Penamacor, de forma a criar valências na área da promoção e sensibilização da Área Protegida.				
Ações Propostas			Ano de implementação	
Requalificar e dinamizar as casas de abrigo			2026-2029	
Justificação				
A renovação destes espaços inseridos na RNSM vai alavancar novos propósitos e desenvolver as freguesias locais nas quais estão enquadradas				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)		CM Sabugal e CM Penamacor		
Entidades parceiras		ICNF, CCDRC		
Investimento total estimado		400.000,00€		
Possíveis fontes de financiamento		PRR, Fundo Ambiental		
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				400.000,00€



Resultados esperados
Recuperação de quatro casas de abrigo
Indicadores de resultados (outputs)
N.º de recuperações

Eixo 3 – Promover a valorização de estruturas existentes				
Medida 3.1 Reabilitação e dinamização das estruturas físicas				
Ação 3.1.2: Criação de infraestruturas de interpretação e espaços ligados ao Turismo em Espaço Rural				
Objetivo				
A dinamização das casas de abrigo existentes na RNSM pode interessar a empresas ligadas ao turismo, ajudando na promoção e sensibilização de atividades regradas necessárias ao desenvolvimento da região.				
Ações Propostas				Ano de implementação
- Dinamização dos espaços recuperados, nomeadamente das casas de abrigo da Serra da Malcata, localizadas nos Fóios, Quadrazais e Penamacor.				2026-2029
Justificação				
Potenciar zonas de conhecimento e turismo de natureza. Fomentar um turismo de natureza regrado.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	CM Sabugal e CM Penamacor			
Entidades parceiras	ICNF, CCDRC			
Investimento total estimado	50.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	PRR, Fundo Ambiental			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				50.000,00€
Resultados esperados				
Dinamização dos espaços nas vertentes de conhecimento e turismo;				
Envolvência de stakeholders				
Indicadores de resultados (outputs)				
N.º de utilizações dos espaços				



Eixo 3 – Promover a valorização de estruturas existentes				
Medida 3.1: Reabilitação e dinamização das estruturas físicas				
Ação 3.1.3: Melhorar as condições de receção ao visitante no Centro de Interpretação da Reserva Natural da Serra da Malcata				
Objetivo				
Criar um local de informação e de promoção da Área Protegida e da cultura que envolve a RNSM.				
Ações Propostas				Ano de implementação
A instalação de um centro ao visitante, visa apoiar na informação e conhecimento dos valores naturais da RNSM. Promover a região e os seus produtos endógenos.				2026-2029
Justificação				
Potenciar zonas de conhecimento e turismo de natureza.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)		CM Sabugal e CM Penamacor		
Entidades parceiras		Entidades da Cogestão e Entidades ligadas ao turismo		
Investimento total estimado		4.000,00€		
Possíveis fontes de financiamento		PRR, Fundo Ambiental		
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				4.000,00€
Resultados esperados				
- Receber os visitantes;				
- Informar sobre a RNSM;				
- Promover a cultura e os produtos da região.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- N.º de visitantes recebidos				

Eixo 3 – Promover a valorização de estruturas existentes				
Medida 3.1: Reabilitação e dinamização das estruturas físicas				
Ação 3.1.4: Manutenção dos percursos Patada da Mula e Sobreiral				



Objetivo				
Manter os percursos existentes, tais como, Patada da Mula e Sobreiral em condições favoráveis de utilização.				
Ações Propostas				Ano de implementação
Pretende-se através desta ação garantir que o território, em especial a RNSM, tenha boas condições de visitação sendo os percursos pedestres limpos de vegetação um ponto de elevada importância para a realização de atividades de turismo de natureza.				2026-2029
Justificação				
Fomentar um turismo de natureza regado.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)		CM Sabugal e CM Penamacor		
Entidades parceiras		ICNF, CCDRC		
Investimento total estimado		6.000,00€		
Possíveis fontes de financiamento		Autarquias		
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				6.000,00€
Resultados esperados				
- 1 limpeza de manutenção/ano				
Indicadores de resultados (outputs)				
- N.º de visitantes a utilizar os percursos				

Eixo 3 – Promover a valorização de estruturas existentes	
Medida 3.1: Reabilitação e dinamização das estruturas físicas	
Ação 3.1.5: Criação de centro de atendimento e dinamização turística com parceiros	
Objetivo	
Com o Centro de atendimento espera-se receber os visitantes e dinamizar as atividades na Área Protegida.	
Ações Propostas	Ano de implementação
Esta ação visa a criação de um espaço para receção de visitantes tendo garantido a participação de parceiros focados na sua dinamização.	2026-2029
Justificação	



Dinamizar as atividades propostas pelos parceiros no âmbito da Área Protegida				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF			
Entidades parceiras	Turismo Centro			
Investimento total estimado	5.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	Autarquias			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				5.000,00€
Resultados esperados				
- N.º de parceiros e visitantes				
Indicadores de resultados (outputs)				
- N.º de parceiros e visitantes				

Eixo 3 – Promover a valorização de estruturas existentes	
Medida 3.1: Reabilitação e dinamização das estruturas físicas	
Ação 3.1.6: Implementação do Centro de Recuperação de Fauna na RNSM	
Objetivo	
Reforçar a conservação da biodiversidade através da implementação de um Centro de Recuperação de Fauna na RNSM.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Criar e equipar o Centro de Recuperação de Fauna; - Desenvolver protocolos de acolhimento, tratamento e reabilitação de fauna; - Promover parcerias com entidades técnicas e científicas.	2026-2029
Justificação	
A existência de um centro especializado permite melhorar a resposta a situações de resgate, recuperação e reabilitação de fauna, contribuindo para a conservação das espécies e valorização da RNSM.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF, CCDRC
Entidades parceiras	IPCB, Cervas



Investimento total estimado	70.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	PRR, Fundo Ambiental			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				70.000,00€
Resultados esperados				
- Melhoria da capacidade de recuperação e acompanhamento da fauna; - Reforço da conservação das espécies da RNSM; - Maior sensibilização para a proteção da biodiversidade.				
Indicadores de resultados (<i>outputs</i>)				
- N.º de animais acolhidos e recuperados; - Nº de parcerias estabelecidas.				

Eixo 4 – Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave

Eixo 4 – Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave	
Medida 4.1: Promover a aproximação, colaboração e participação pública e privada	
Ação 4.1.1: Estabelecimento de novos protocolos com Centros de Investigação e Conhecimento	
Objetivo Sendo a RNSM um território de fronteira com Espanha, torna-se fundamental estreitar a cooperação transfronteiriça, quer ao nível da conservação da natureza, quer ao nível da promoção do desenvolvimento económico e social e arqueológico do território.	
Ações Propostas	Ano de implementação
Desenvolvimento de projetos colaborativos com outras áreas protegidas, nacionais e/ou transfronteiriças, públicas e privadas, assentes na valorização do património natural e cultural.	2026-2029
Justificação Através desta medida pretende-se promover a realização de reuniões, troca de experiências e boas práticas, entre outras áreas protegidas nacionais e transfronteiriças, bem como potenciar a realização e participação em projetos e eventos assentes na valorização do património natural e cultural. Pretende-se criar parcerias para o desenho e implementação de projetos comuns, que promovam o intercâmbio e o desenvolvimento integrado dos territórios transfronteiriços / rede de áreas protegidas do Centro de Portugal.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	Cogestão



Entidades parceiras	CM Sabugal, CM Penamacor			
Investimento total estimado	5.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	Autarquias			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				5.000,00€
Resultados esperados				
- N.º de parceiros e visitantes				
Indicadores de resultados (outputs)				
- N.º Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP;				
- N.º Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e municípios).				

Eixo 4 – Dinamização do modelo de gestão e envolvimento dos atores chave	
Medida 4.1: Promover a aproximação, colaboração e participação pública e privada	
Ação 4.1.2: Promover o 1º Encontro Ibérico das Áreas Protegidas	
Objetivo	
Promover a sensibilização e comunicação dos valores naturais entre fronteiras, valorizando o interesse público e privado das regiões.	
Ações Propostas	Ano de implementação
1º Encontro Ibérico das Áreas Protegidas	2026-2029
Justificação	
É importante existir uma inclusão no território sobre as áreas protegidas sabendo o que pode proporcionar a nível cultural, social e natural. Destacar o que de melhor se enquadra coabitando com os interesses de todos.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF, CCDRC
Entidades parceiras	CM Penamacor
Investimento total estimado	3.500,00€
Possíveis fontes de financiamento	Autarquias
Cronograma Financeiro	



Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				3.500,00€
Resultados esperados				
- Maior envolvimento dos agentes públicos e privados; - Partilha de conhecimento e boas práticas em gestão e cogestão.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Nº de participantes e entidades envolvidas; - Nº de sessões e iniciativas realizadas; - Nº de parcerias ou iniciativas resultantes do encontro.				

Eixo 4 – Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave	
Medida 4.1: Promover a aproximação, colaboração e participação pública e privada	
Ação 4.1.3: Criação de redes colaborativas que promovam o desenvolvimento integrado da RNSM e das suas aldeias e de todo o território	
Objetivo Promover o desenvolvimento integrado da RNSM e das suas aldeias através da criação de redes colaborativas entre os diferentes agentes do território.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Criar redes de cooperação entre entidades locais, públicas e privadas; - Promover iniciativas conjuntas de desenvolvimento territorial; - Incentivar a partilha de recursos, conhecimento e boas práticas.	2026-2029
Justificação A colaboração entre os diferentes agentes do território fortalece a coesão, valoriza os recursos locais e contribui para um desenvolvimento mais integrado, sustentável e participado.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	CM Sabugal e CM Penamacor
Entidades parceiras	Entidades da Cogestão
Investimento total estimado	14.000,00€
Possíveis fontes de financiamento	Autarquias
Cronograma Financeiro	

Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				14.000,00€
Resultados esperados				
- Reforço da articulação entre entidades e comunidades locais; - Maior dinamização económica, social e territorial; - Desenvolvimento de projetos conjuntos para valorização da RNSM e das aldeias.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Nº de entidades integradas nas redes colaborativas; - Nº de iniciativas ou projetos conjuntos desenvolvidos; - Grau de participação dos agentes locais.				

Eixo 4 – Dinamização do Modelo de Cogestão e envolvimento dos atores chave	
Medida 4.1: Promover a aproximação, colaboração e participação pública e privada	
Ação 4.1.4: Promover o conhecimento em questões de segurança e emergência	
Objetivo Reforçar a segurança e a capacidade de resposta em situações de emergência na RNSM, através da implementação de mecanismos de identificação e localização no território.	
Ações Propostas	Ano de implementação
– Instalação de marcos e pontos de referência em locais estratégicos da serra; - Criar um sistema de identificação/localização para apoio em situações de emergência; - Sensibilizar visitantes e utilizadores para os procedimentos de segurança existentes.	2029-2029
Justificação Em zonas de fraca cobertura de rede móvel, a identificação precisa de localização torna-se essencial para agilizar operações de socorro e aumentar a segurança de visitantes e utilizadores do território.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	CM Penamacor
Entidades parceiras	Câmara Municipal do Sabugal, ICNF, IIACyL, Universidade de Salamanca e Universidade da Beira Interior
Investimento total estimado	21.000,00€
Possíveis fontes de financiamento	Explore: iNature & Center Geoparks 2030, Interreg, outros.

Cronograma Financeiro			
Valor orçamentado/ano	2026/2027	2027/2028	2028/2029
Total	7.000,00€	7.000,00€	7.000,00€
Resultados esperados			
- Melhoria da capacidade de localização em situações de emergência; - Redução do tempo de resposta dos meios de socorro; - Reforço da segurança dos visitantes e da população local.			
Indicadores de resultados (outputs)			
- Nº de marcos/pontos de referência instalados; - Tempo médio de resposta em situações de emergência; - Grau de conhecimento dos visitantes sobre os mecanismos de segurança.			

Eixo 4 – Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave	
Medida 4.1: Promover a aproximação, colaboração e participação pública e privada	
Ação 4.1.5: Levantamento, tratamento e divulgação do património cultural das comunidades da RNSM	
Objetivos	
Valorizar e promover o património cultural das comunidades da RNSM através do seu levantamento, tratamento e divulgação.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Identificar e recolher informação sobre o património cultural material e imaterial; - Organizar e tratar os conteúdos recolhidos para fins de preservação e divulgação; - Desenvolver ações e materiais de divulgação do património cultural local.	2026-2029
Justificação	
O património cultural constitui um elemento fundamental da identidade e valorização do território, sendo importantes assegurar a sua preservação, conhecimento e transmissão às comunidades e visitantes.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	ONGA
Investimento total estimado	5.000,00€
Possíveis fontes de financiamento	Fundo Ambiental



Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				5.000,00€
Resultados esperados				
- Maior conhecimento e valorização do património cultural da RNSM; - Preservação e sistematização da informação cultural local; - Reforço da identidade e atratividade do território.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Nº de elementos patrimoniais identificados e registados; - Nº de ações e materiais de divulgação produzidos; - Nº de pessoas alcançadas pelas iniciativas de divulgação.				

Eixo 4 – Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave	
Medida 4.1: Promover a aproximação, colaboração e participação pública e privada	
Ação 4.1.6: Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações de prejuízos atribuídos ao lobo	
Objetivo Reforçar as competências dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações por prejuízos atribuídos ao lobo.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Realizar ações regulares de formação técnica para os intervenientes; - Uniformizar procedimentos de verificação e avaliação de prejuízos; - Promover a partilha de boas práticas e atualização de conhecimentos.	2026-2029
Justificação A formação contínua dos intervenientes contribui para processos mais rigorosos, transparentes e eficazes na avaliação e atribuição de indemnizações, reforçando a confiança dos agentes envolvidos.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF, GPP, Organizações de Produtores e de Gestores Florestais, Municípios
Entidades parceiras	Autoridade de gestão do PEPAC, DRAP, CCDRC, APA, Turismo Centro Portugal, Escolas, Associações de Desenvolvimento Local, ONGA
Investimento total estimado	1.000,00€

Possíveis fontes de financiamento	PEPAC, Centro 2030, Fundo Ambiental			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				1.000,00€
Resultados esperados				
- Melhoria da qualidade e consistência dos processos de verificação; - Maior eficiência na atribuição de indemnizações; - Reforço da articulação entre os diferentes intervenientes.				
Indicadores de resultados (<i>outputs</i>)				
- Nº de ações de formação realizadas; - Nº de participantes envolvidos; - Redução de inconformidades ou reclamações nos processos.				

Eixo 4 – Dinamização do modelo de cogestão e envolvimento dos atores chave	
Medida 4.1: Promover a aproximação, colaboração e participação pública e privada	
Ação 4.1.7: Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC e ZPE	
Objetivo Reforçar a divulgação junto dos proprietários, gestores florestais e produtores agrícolas da importância da conservação dos valores naturais da ZEC e ZPE, assim como a transmissão e partilha de informação sobre as melhores práticas a adotar e sobre os apoios financeiros disponíveis para a sua implementação.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Criar e ministrar <i>workshops</i> e cursos práticos sobre gestão florestal sustentável, agricultura de conservação e prevenção de incêndios; - Lançar campanhas de sensibilização multimédia para a população em geral e para os visitantes, destacando a importância da ZEC e ZPE e o papel de cada um na sua conservação; - Organizar eventos comunitários e abertos ao público, como dias abertos, caminhadas guiadas e sessões de diálogo, para envolver a população local na discussão e na tomada de decisões.	2026-2029
Justificação A promoção da partilha de informação, a formação de gestores e a sensibilização geral são essenciais para fortalecer o modelo de cogestão, fomentando o envolvimento ativo e informado dos atores chave e da sociedade na conservação dos valores naturais da ZEC/ZPE.	



Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	ICNF, GPP, Organizações de Produtores e de Gestores Florestais, Municípios			
Entidades parceiras	Autoridade de gestão do PEPAC, DRAP, CCDRC, APA, Turismo Centro Portugal, Escolas, Associações de Desenvolvimento Local, ONGA			
Investimento total estimado	1.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	PEPAC, Centro 2030, Fundo Ambiental			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				1.000,00€
Resultados esperados				
- Melhoria da gestão do território; - Maior conhecimento e consciência ambiental; - Valorização dos recursos naturais.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Nº de iniciativas; - Nº de participantes; - Nível de envolvimento nas reuniões/formações.				

Eixo 4 – Cogestão e envolvimento dos atores chave	
Medida 4.1 Promover a aproximação, colaboração e participação pública e privada	
Ação 4.1.8: Plano Transfronteiriço de Conectividade Ecológica Malcata–Sierra de Gata	
Objetivo Criar uma estratégia transfronteiriça de conectividade ecológica entre Portugal e Espanha, identificando corredores ecológicos, áreas núcleo de biodiversidade e infraestruturas verdes multifuncionais.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Análise de conectividade funcional do território transfronteiriço; - Elaboração do plano estratégico de corredores ecológicos e infraestruturas verdes; - Articulação institucional Portugal–Espanha.	2026-2028
Justificação	

A conectividade ecológica transfronteiriça é essencial para a resiliência da biodiversidade face às alterações climáticas e para a gestão integrada da paisagem.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	CM Penamacor, CM Sabugal, ICNF			
Entidades parceiras	ONGA's da Comissão de Cogestão, Junta da Extremadura, CCDR-C, Geopark Naturtejo, entidades da Rede Natura 2000, universidades			
Investimento total estimado	150.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	INTERREG POCTEP, LIFE, Fundo Ambiental			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total	50.000,00€	50.000,00€	50.000,00€	
Resultados esperados				
- Conectividade ecológica reforçada entre PT e ES - Planeamento conjunto da biodiversidade - Base para projetos futuros de conservação transfronteiriça				
Indicadores de resultados (outputs)				
- 1 plano transfronteiriço aprovado - Km de corredores ecológicos identificados - Nº de áreas núcleo mapeadas				

Eixo 4 – Cogestão e envolvimento dos atores chave	
Medida 4.1 Promover a aproximação, colaboração e participação pública e privada	
Ação 4.1.9: Rede de Serviços de Ecossistemas da Serra da Malcata	
Objetivo	
Identificar, quantificar e valorizar os serviços de ecossistemas da RNSM, integrando o capital natural nos instrumentos de gestão territorial e promovendo a gestão adaptativa da paisagem.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Mapeamento e quantificação dos serviços de ecossistemas - Valorização biofísica e socioeconómica dos serviços - Criação de base de dados geoespacial de serviços de ecossistemas da RNSM	2026-2028
Justificação	



Permite integrar o valor económico e ecológico da natureza na tomada de decisão, reforçando a sustentabilidade da gestão do território.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	CM Penamacor, CM Sabugal, ICNF			
Entidades parceiras	ONGA’s da Comissão de Cogestão, universidades, laboratórios colaborativos, especialistas em serviços de ecossistemas, proprietários			
Investimento total estimado	210.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	Horizon Europe, LIFE, Fundo Ambiental, Centro 2030			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total	70.000,00€	70.000,00€	70.000,00€	
Resultados esperados				
- Serviços de ecossistemas totalmente mapeados - Integração do capital natural no planeamento territorial - Maior suporte à decisão baseada em evidência				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Nº de serviços de ecossistemas identificados - % da área da RNSM mapeada - Nº de stakeholders envolvidos				

Eixo 5 – Dinamização da cogestão

Eixo 5 – Dinamização da cogestão	
Medida 5.1: Dinamização da cogestão	
Ação 5.1.1: Implementação do modelo de estrutura de apoio à Comissão cogestão	
Objetivo	
Assegurar o funcionamento eficaz da Comissão de Cogestão através da criação de uma estrutura de apoio.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Definir e implementar a estrutura de apoio; - Criar mecanismos de suporte à decisão e comunicação; - Garantir acompanhamento regular das atividades da Comissão.	2026-2029
Justificação	



A ausência de apoio estruturado limita a eficiência da cogestão. Uma estrutura dedicada melhora a coordenação, a qualidade das decisões e a execução das medidas.				
Entidades envolvidas				
Entidade responsável (coordenadora)	Entidades da Cogestão			
Entidades parceiras	CM Sabugal, CM Penamacor			
Investimento total estimado	5.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	Autarquias			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				5.000,00€
Resultados esperados				
- Melhor coordenação e funcionamento da Comissão; - Decisões mais informadas e céleres; - Aumento da execução das ações definidas.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Dinamizar reuniões da estrutura.				

Eixo 5 – Dinamização da cogestão	
Medida 5.1: Dinamização da cogestão	
Ação 5.1.2: Promover a sensibilização, formação e capacitação dos agentes da comissão	
Objetivo	
Reforçar as competências dos membros da Comissão de Cogestão para uma atuação mais eficaz e informada.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Desenvolver e implementar ações de formação para cogestores; - Promover iniciativas de sensibilização sobre cogestão; - Capacitar os agentes com ferramentas e boas práticas.	2026-2029
Justificação	
A eficácia da cogestão depende das competências dos seus intervenientes. A formação e sensibilização permitem melhorar a qualidade das decisões e a articulação entre os membros.	
Entidades envolvidas	



Entidade responsável (coordenadora)	ICNF, CCDRC			
Entidades parceiras	CM Penamacor			
Investimento total estimado	5.500,00€			
Possíveis fontes de financiamento	Autarquias			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				5.500,00€
Resultados esperados				
- Aumento das competências técnicas e de gestão dos cogestores; - Melhor participação e articulação entre os membros; - Decisões mais consistentes e fundamentadas.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Elaborar um plano de formação de cogestores; - Aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.				

Eixo 5 – Dinamização da cogestão	
Medida 5.1: Dinamização da cogestão	
Ação 5.1.3: Implementar um sistema de gestão profissional da Cogestão	
Objetivo Esta ação visa melhorar a gestão da Cogestão para que a mesma no futuro funcione autonomamente. A implementação de um sistema de gestão permite a facilidade dos trabalhos em curso, apoiando na totalidade a Comissão e o Conselho estratégico da RNSM. Reforçar a estrutura de apoio à Cogestão é de grande importância para o bom desempenho da Comissão de Cogestão.	
Ações Propostas	Ano de implementação
Criar e reforçar a Gestão Profissional da Cogestão	2026-2029
Justificação A Comissão de Cogestão da RNSM enquanto órgão de administração e gestão da mesma, é o primeiro responsável perante a comunidade pelo desempenho da sua gestão. Sabendo que a Cogestão tem como foco criar uma dinâmica partilhada de valorização da Área Protegida, estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável deste território classificado. Pretende-se assim, valorizar e implementar uma gestão autossuficiente valorizando todas as dinâmicas do modelo de Cogestão.	
Entidades envolvidas	



Entidade responsável (coordenadora)	ICNF, CCDRC			
Entidades parceiras	CM Penamacor, CM Sabugal			
Investimento total estimado	1.000,00€			
Possíveis fontes de financiamento	Autarquias			
Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				1.000,00€
Resultados esperados				
- Gestão mais eficiente e profissional;				
- Decisões informadas e estratégicas.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Reforçar a equipa de gestão profissional da Cogestão				

Eixo 5 – Dinamização da cogestão	
Medida 5.1: Dinamização da cogestão	
Ação 5.1.4: Criação de redes colaborativas das Comissões de Cogestão	
Objetivo	
Promover a articulação e partilha entre Comissões de Cogestão através da criação de redes colaborativas.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Criar uma rede de contacto entre as Comissões de Cogestão; - Promover encontros e momentos de partilha de experiências; - Desenvolver plataformas ou canais de comunicação colaborativa.	2026-2029
Justificação	
A cooperação entre comissões permite trocar boas práticas, evitar duplicação de esforços e encontrar soluções mais eficazes para desafios comuns.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	Entidades da Cogestão
Entidades parceiras	ICNF, CCDRC, CM Penamacor, CM Sabugal
Investimento total estimado	1.000,00€
Possíveis fontes de financiamento	Autarquias



Cronograma Financeiro				
Valor orçamentado/ano	2026	2027	2028	2029
Total				1.000,00€
Resultados esperados				
- Maior articulação e cooperação entre comissões; - Melhoria da eficiência na implementação das medidas.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Nº de comissões integradas na rede; - Nº de iniciativas/encontros realizados; - Frequência de partilha de informação.				

Eixo 5 – Dinamização da cogestão	
Medida 5.1: Dinamização da cogestão	
Ação 5.1.5: Promover o conhecimento em questões de segurança e emergência para cogestores	
Objetivo	
Reforçar a capacidade dos cogestores para atuar em situações de segurança e emergência no âmbito da cogestão.	
Ações Propostas	Ano de implementação
- Desenvolver ações de formação em segurança e gestão de emergências; - Promover exercícios práticos e simulações; - Disponibilizar orientações e procedimentos de atuação.	2026-2029
Justificação	
Os cogestores podem ser confrontados com situações de risco que exigem resposta rápida e informada. A capacitação nesta área contribui para uma atuação mais segura, coordenada e eficaz.	
Entidades envolvidas	
Entidade responsável (coordenadora)	CM Sabugal e CM Penamacor
Entidades parceiras	Entidades da Cogestão
Investimento total estimado	5.000,00€
Possíveis fontes de financiamento	Autarquias
Cronograma Financeiro	
Valor orçamentado/ano	2026 2027 2028 2029



Total				5.000,00€
Resultados esperados				
- Maior preparação dos cogestores para situações de emergência; - Melhoria da coordenação em cenários de risco; - Redução de falhas na resposta a incidentes.				
Indicadores de resultados (outputs)				
- Nº de ações de formação realizadas; - Resultados de exercícios/simulações.				